



# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLHÃO



## PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO





# **Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Olhão**

Parte III – Áreas de intervenção

**Câmara Municipal de Olhão**

Data:

15 de Dezembro de 2011



## EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO	
<b>Direcção do projecto</b>	
Francisco José Fernandes Leal	Presidente da Câmara Municipal de Olhão
<b>Coordenação</b>	
António Ventura Pina	Vice-Presidente da Câmara Municipal de Olhão
<b>Equipa técnica</b>	
Luís António Correia Gomes	Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão
João dos Reis Salgado Nogueira	Técnico do Serviço Municipal de Protecção Civil (ex-Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão)
Ana Viegas	Assistente Técnica - Divisão de Bombeiros e Protecção Civil

<b>METACORTEX, S.A.</b>	
<b>Gestora de projecto</b>	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
<b>Co-gestor de projecto</b>	
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
<b>Equipa técnica</b>	
Andrea Igreja	Lic. Eng. da Gestão e Ordenamento Rural, Tecnologias de Informação em Ordenamento Rural (ESA-IPS)
Andreia Malha	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Carlos Caldas	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); MBA (UCP)
João Moreira	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Mafalda Rodrigues	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Paula Amaral	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais (ESAC-IPC)
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)

## ÍNDICE

Índice de Tabelas .....	ii
Índice de Figuras.....	ii
Acrónimos.....	iii
<b>PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>Nota Introdutória.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Administração de meios e recursos .....</b>	<b>8</b>
<b>2. Logística .....</b>	<b>13</b>
2.1 Apoio logístico às forças de intervenção .....	14
2.2 Apoio logístico às populações .....	19
<b>3. Comunicações .....</b>	<b>24</b>
<b>4. Gestão da informação.....</b>	<b>29</b>
4.1 Gestão da informação de apoio às operações .....	31
4.2 Gestão da informação pública .....	34
<b>5. Procedimentos de evacuação .....</b>	<b>37</b>
<b>6. Manutenção da ordem pública.....</b>	<b>49</b>
<b>7. Serviços médicos e transporte de vítimas .....</b>	<b>53</b>
7.1 Apoio psicológico .....	59
<b>8. Socorro e salvamento .....</b>	<b>62</b>
<b>9. Serviços mortuários.....</b>	<b>67</b>
<b>10. Protocolos .....</b>	<b>72</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Áreas de intervenção das principais entidades intervenientes e de apoio eventual no âmbito do PMEPCO .....	4
<b>Tabela 2.</b> Procedimentos para a administração de meios e recursos .....	9
<b>Tabela 3.</b> Procedimentos de apoio logístico às forças de intervenção .....	14
<b>Tabela 4.</b> Procedimentos de apoio logístico às populações .....	19
<b>Tabela 5.</b> Procedimentos relativos às comunicações .....	27
<b>Tabela 6.</b> Procedimentos para a gestão da informação de apoio às operações .....	31
<b>Tabela 7.</b> Procedimentos para a gestão da informação pública .....	34
<b>Tabela 8.</b> Zonas de concentração local e abrigos temporários para o concelho de Olhão .....	38
<b>Tabela 9.</b> Procedimentos de evacuação .....	45
<b>Tabela 10.</b> Procedimentos para a manutenção da ordem pública .....	50
<b>Tabela 11.</b> Procedimentos para os serviços médicos e transporte de vítimas.....	56
<b>Tabela 12.</b> Procedimentos para o apoio psicológico.....	60
<b>Tabela 13.</b> Procedimentos para o socorro e salvamento .....	64
<b>Tabela 14.</b> Procedimentos para os serviços mortuários.....	69

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Organização das comunicações em caso de emergência.....	25
<b>Figura 2.</b> Organograma do sistema de comunicações do PMEPCO.....	26
<b>Figura 3.</b> Organização da gestão de informação do PMEPCO .....	30
<b>Figura 4.</b> Procedimentos de evacuação .....	43
<b>Figura 5.</b> Procedimentos de evacuação médica .....	55
<b>Figura 6.</b> Organização das entidades responsáveis pelas acções de Socorro e Salvamento.....	63
<b>Figura 7.</b> Organização funcional dos serviços mortuários.....	68



## ACRÓNIMOS

**AML** – Autoridade Marítima Local

**ANPC** - Autoridade Nacional de Protecção Civil

**APA** – Agência Portuguesa do Ambiente

**APC** - Agentes de Protecção Civil

**BMO** – Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão

**CDOS** - Comando Distrital de Operações de Socorro

**CMO** - Câmara Municipal de Olhão

**CMPC** - Comissão Municipal de Protecção Civil

**CNOS** - Comando Nacional de Operações de Socorro

**COM** - Comandante Operacional Municipal

**COS** – Comandante das Operações de Socorro

**CP** – Comboios de Portugal

**CVP** – Cruz Vermelha Portuguesa

**EDP** – Energias de Portugal

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**ICNF** – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

**INAC** – Instituto Nacional de Aviação Civil

**INEM** – Instituto Nacional de Emergência Médica

**INMLCF** – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

**IPE** - Itinerários Primários de Evacuação

**IPMA** – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

- IPSS** - Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ISS** – Instituto de Segurança Social
- INEC** – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- MJ** – Ministério da Justiça
- NEP** – Norma de Execução Permanente
- PCO** – Posto de Comando Operacional
- PCT** - Posto de Controlo de Tráfego
- PGR** - Procuradoria-Geral da República
- PMEPCO** - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Olhão
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- REFER** – Rede Ferroviária Nacional
- REPC** - Rede Estratégica de Protecção Civil
- ROB** - Rede Operacional dos Bombeiros
- SIRESP** - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
- SMPC** - Serviço Municipal de Protecção Civil
- TO** – Teatro de Operações
- ZCL** - Zonas de Concentração Local
- ZCR** – Zona de Concentração e Reserva

Parte I – Enquadramento geral do plano

Parte II – Organização da resposta

**Parte III – Áreas de intervenção**

Parte IV - Informação complementar



## NOTA INTRODUTÓRIA

Nesta Parte do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Olhão (PMEPCO) apresentam-se as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações. Para cada uma das áreas de intervenção encontram-se identificados os responsáveis pelas mesmas, os seus substitutos, as entidades intervenientes e as de apoio eventual, as prioridades de acção e as instruções específicas. A activação das diferentes áreas de intervenção previstas no PMEPCO depende de:

- Natureza concreta de cada acidente grave ou catástrofe;
- Necessidades operacionais;
- Evolução da resposta operacional.

Na Tabela 1 identificam-se as áreas de intervenção das principais entidades intervenientes e de apoio eventual no âmbito do PMEPCO. A nível da implementação das operações poderá ainda ser útil consultar as acções indicadas no Ponto 11 da Secção III – Parte IV.

Tabela 1. Áreas de intervenção das principais entidades intervenientes e de apoio eventual no âmbito do PMEPCO

ENTIDADES		ÁREAS DE INTERVENÇÃO											
		ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	LOGÍSTICA		COMUNICAÇÕES	GESTÃO DA INFORMAÇÃO		PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS		SOCORRO E SALVAMENTO	SERVIÇOS MORTUÁRIOS
			FI	PL		AO	PB			SMTV	AP		
COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	CMO	Diagonal Blue		Diagonal Blue				Diagonal Blue	Checkerboard		Diagonal Blue	Checkerboard	Checkerboard
	Junças de Freguesia		Checkerboard	Diagonal Blue				Checkerboard					
	BMO	Diagonal Blue		Diagonal Blue					Diagonal Blue		Diagonal Blue	Checkerboard	
	GNR	Diagonal Blue		Diagonal Blue				Diagonal Blue			Diagonal Blue	Diagonal Blue	
	PSP	Diagonal Blue		Diagonal Blue				Diagonal Blue			Diagonal Blue	Diagonal Blue	
	Autoridade Marítima Local	Diagonal Blue		Diagonal Blue				Diagonal Blue			Diagonal Blue	Diagonal Blue	
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras								Checkerboard				Checkerboard
	Autoridade de Saúde do município	Diagonal Blue		Diagonal Blue						Diagonal Blue		Checkerboard	Diagonal Blue
	Centro de Saúde de Olhão	Diagonal Blue		Checkerboard				Checkerboard		Diagonal Blue	Checkerboard	Checkerboard	Checkerboard
	Hospital de Faro, EPE					Checkerboard	Diagonal Blue			Diagonal Blue	Diagonal Blue	Checkerboard	Diagonal Blue
	INEM	Diagonal Blue			Diagonal Blue					Diagonal Blue	Diagonal Blue	Diagonal Blue	
	ISS, I.P. - Centro Distrital de Faro	Diagonal Blue		Diagonal Blue			Checkerboard	Checkerboard		Checkerboard	Diagonal Blue		
	Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fuseia, Moncarapacho e Olhão		Checkerboard	Checkerboard			Checkerboard			Checkerboard	Checkerboard	Checkerboard	Checkerboard

ENTIDADES		ÁREAS DE INTERVENÇÃO											
		ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	LOGÍSTICA		COMUNICAÇÕES	GESTÃO DA INFORMAÇÃO		PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS		SOCORRO E SALVAMENTO	SERVIÇOS MORTUÁRIOS
			FI	PL		AO	PB			SMTV	AP		
COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	Estradas de Portugal	✓	✓										
	EuroScout Algarve	✓	✓										
	Rotas do Algarve Litoral	✓	✓										
	Águas do Algarve, S.A.	✓	✓										
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas					✓	✓						
	APA (ex-ARH do Algarve, I.P.)					✓	✓						
	EDP	✓	✓										
	REFER, EPE	✓	✓			✓		✓				✓	
	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.	✓										✓	
	Estabelecimento Regional Prisional de Olhão			✓									
	CNE – Agrupamento 554		✓	✓		✓		✓					
	Associação de Escoteiros de Portugal		✓	✓		✓		✓					
	APC, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	INAC					✓	✓					
Forças Armadas		✓	✓	✓	✓			✓		✓		✓	✓
Escolas do concelho		✓		✓		✓	✓	✓					
CDOS de Faro		✓	✓	✓	✓	✓	✓				✓		

ENTIDADES		ÁREAS DE INTERVENÇÃO												
		ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	LOGÍSTICA		COMUNICAÇÕES	GESTÃO DA INFORMAÇÃO		PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS		SOCORRO E SALVAMENTO	SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
			FI	PL		AO	PB			SMTV	AP			
AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL, ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	CP - Comboios de Portugal													
	Empreendimentos turísticos													
	Empresas com maquinaria													
	Empresas de bens de primeira necessidade													
	Empresas de construção civil													
	Empresas de transporte de passageiros													
	Empresas de venda de combustíveis													
	Farmácias													
	Medigás													
	Instituto Tecnológico do Gás (ITG)													
	Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio													
	Indústrias													
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)													
	Instituto de Registos e Notariado - MJ													





## 1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

No caso da **ocorrência de uma emergência no concelho de Olhão, a estrutura de protecção civil mais adequada a intervir será a de nível municipal (Comissão Municipal de Protecção Civil – CMPC), devido à proximidade dos meios e recursos existentes, ao maior conhecimento da realidade local e à maior rapidez de análise da situação.** No caso dos meios da CMPC se apresentarem insuficientes para dar resposta à emergência, caberá ao presidente da CMO, mediante as disponibilidades financeiras do município, requisitar meios adicionais a entidades públicas e/ou privadas do concelho ou próximas do mesmo (contactos disponíveis no Ponto 1, da Secção III - Parte IV). O Director do PMEPCO poderá ainda solicitar meios adicionais ao CDOS de Faro.

A liquidação das despesas suportadas pela CMO será efectuada através da Divisão Financeira. **Os meios e recursos requeridos devem adequar-se ao objectivo e deve ser dada preferência à utilização de meios e recursos públicos, sobre os privados,** conforme o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho - Lei de Bases da Protecção Civil.

Importa realçar que caso a situação de acidente grave ou catástrofe ocorrida no concelho tenha sido grave o suficiente para levar à declaração de situação de calamidade por parte do Governo, a autarquia poderá candidatar-se ao **Fundo de Emergência Municipal** gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, como definido no Decreto-Lei n.º 225/2009 de 14 de setembro. O município poderá ainda, em caso de catástrofe, articular-se com a ANPC no sentido de recorrer à **Conta de Emergência** titulada pela segunda (Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho)<sup>1</sup>. **Todos estes fundos têm por finalidade principal a recuperação de equipamentos e o apoio social, e não o ressarcimento de despesas associadas às operações de socorro. A CMO poderá ainda criar e gerir uma Conta de Apoio de Emergência a qual poderá receber donativos por parte de particulares e entidades privadas, sendo os mesmos utilizados para suportar os custos associados às ações de emergência e reabilitação.**

No que respeita à activação de meios, convém ainda salientar que, de acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), **declarada a situação de alerta, contingência ou calamidade, todos os cidadãos e demais entidades privadas estão obrigados, na área abrangida, a prestar às autoridades de protecção civil a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respectivas solicitações.** A recusa do cumprimento desta obrigação corresponde ao crime de desobediência, passível de ser sancionável. Na Tabela 2 indicam-se as entidades responsáveis pela coordenação da administração de meios e recursos, as entidades intervenientes, as prioridades de acção e os procedimentos e instruções de coordenação.

---

<sup>1</sup> O acesso a fundos disponibilizados pela conta de emergência titulada pela ANPC carece de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Interna.

Tabela 2. Procedimentos para a administração de meios e recursos

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<b>Responsável</b> - Director do Plano – Presidente da Câmara Municipal de Olhão <b>Substituto</b> – Vice-Presidente da Câmara Municipal de Olhão
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Águas do Algarve, S.A.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ EDP</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas com maquinaria</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de bens de primeira necessidade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de construção civil</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estradas de Portugal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ EuroScut Algarve</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rotas do Algarve Litoral</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Medigás</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Tecnológico do Gás</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolas do concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ REFER</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPSS que atuam no concelho</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de venda de combustíveis</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.</li> </ul>

## ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

### PRIORIDADES DE ACÇÃO

- Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos.
- Assegurar as actividades de gestão administrativa e financeira inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção.
- Supervisionar negociações contratuais.
- Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos.
- Gerir os processos de seguros.
- Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos, necessários às operações de emergência de protecção civil.
- Manter actualizada a relação de meios e recursos empenhados e disponíveis.

### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

#### GESTÃO DE MEIOS

1. Os meios e recursos pertencentes aos agentes de protecção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição dos Postos de Comando Operacional e CMPC, que os afectarão de acordo com as necessidades verificadas.
2. Deverá ser dada preferência à utilização de meios e recursos públicos (ou detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização) sobre a utilização de meios e recursos privados.
3. Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pelo Comandante de Operações de Socorro, Comandante Operacional Municipal, ou elemento representante das várias entidades que integram a CMPC.
4. Todos os meios adicionais que as entidades intervenientes necessitem pedir deverão ser requisitados através de modelo próprio presente no ponto 3 da Secção III - Parte IV.
5. Caso os meios solicitados não se encontrem disponíveis nas entidades que integram a CMPC caberá a CMO (caso o Diretor do PMEPCO assim o entenda), através da Divisão Financeira disponibilizar as verbas necessárias para a aquisição dos meios necessários.
6. O SMPC, apoiando-se no Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística, controla os tempos despendidos pelas diferentes equipas de obras (pertencentes à CMO, públicas e privadas) nos vários locais de modo a garantir a maximização da sua eficácia e eficiência (a listagem completa de meios e contactos encontra-se nos pontos 1 e 2 da Secção III - Parte IV).
7. O SMPC é responsável por manter actualizada a lista de contactos dos fornecedores públicos e privados de bens, serviços e equipamentos.

### ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

8. Os materiais necessários para as ações de mortuária deverão ser acionados pela Autoridade de Saúde concelhia, a qual deverá apoiar-se primordialmente nas estruturas de saúde do concelho (Centro de Saúde de Olhão e, caso seja possível, o Hospital de Faro).

### GESTÃO DE PESSOAL

1. A coordenação dos meios materiais e humanos a empenhar deverá ser realizada pelos Postos de Comando Operacional na sua área de intervenção e pela CMPC de acordo com a organização prevista na Secção I - Parte IV do PMEPCO.
2. A mobilização de pessoal pertencente a organismos ou entidades públicas rege-se de acordo com o previsto na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro - Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (define como limites 2 horas extraordinárias por dia, 100 horas de trabalho extraordinário por ano) e pela Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (define o novo quadro remuneratório do trabalho suplementar e elimina o direito a descanso compensatório, salvo nas situações em que seja necessário assegurar o período mínimo de descanso diário ou descanso semanal obrigatório; estas medidas vigorarão para a Administração Pública durante o Programa de Assistência Económica e Financeira).
3. No decurso das operações, os agentes de protecção civil e as entidades e organismos de apoio deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos.

### GESTÃO DE FINANÇAS

1. Cada entidade e organismo interveniente nas acções de emergência ficará responsável pela gestão financeira e de custos associados aos meios e recursos próprios empenhados.
2. No caso de ser necessário recorrer a meios privados, a gestão financeira associada à requisição dos mesmos será assegurada pela Câmara Municipal através da sua Divisão Financeira.
3. Os agentes de protecção civil e entidades de apoio empenhados nas acções de emergência, caso verifiquem a necessidade de aquisição/contratação de bens e serviços a entidades privadas e não disponham de recursos próprios para o fazer, deverão endereçar ao Director do PMEPCO uma requisição para o efeito.
4. O SMPC, apoiando-se no Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística, e articulando-se com o Director do PMEPCO ficará responsável pela definição de meios e recursos necessários, negociações contratuais com entidades privadas, pela gestão dos processos de seguros e controlo e gestão dos tempos. Os contactos e meios mobilizáveis encontram-se organizados na Secção III – Parte IV.
5. O controlo e registo da utilização dos meios públicos e privados requisitados (localização dos mesmos e tempos de utilização) será assegurado pelo SMPC, o qual se apoia na Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística.
6. Caso os agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio se confrontem com despesas excepcionais, ou não possuam capacidade para reparar os seus equipamentos em tempo útil, poderão pedir apoio ao Director do Plano, o qual se apoia na Divisão Financeira no Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística de modo a serem disponibilizadas verbas e/ou meios oficiais para estes casos excepcionais e pontuais. A CMO recorrerá a meios próprios ou, em último caso, se assim o entender, a estabelecimentos privados presentes no concelho;

### ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

7. O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes deste Plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicados, de qualquer forma, nos seus direitos.
8. Caso a situação de acidente grave ou catástrofe ocorrida no concelho tenha sido grave o suficiente para levar à declaração de situação de calamidade por parte do Governo, a autarquia poderá candidatar-se ao Fundo de Emergência Municipal gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, como definido no Decreto-Lei n.º 225/2009 de 14 de setembro. Nas situações em que o Governo tenha declarado a situação de calamidade, a autarquia deverá articular-se com a ANPC no sentido de recorrer à conta de emergência titulada pela segunda, de modo a apoiar a reconstrução e reparação de habitações, unidades de exploração económica e outras necessidades sociais prementes (o acesso a fundos disponibilizados pela conta de emergência titulada pela ANPC carece de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Interna).
9. Caso a magnitude dos danos assim o justifique, a CMO poderá criar e gerir uma Conta de Apoio de Emergência a qual poderá receber subsídios e donativos (por parte de particulares e entidades privadas), sendo os mesmos utilizados para suportar os custos associados às acções de emergência e reabilitação.
10. Em caso de necessidade, a Autoridade de Saúde poderá solicitar CMO para suportar parte dos custos associados à tarefa de acompanhamento médico da população deslocada (ponto 7)

### BOLSA DE VOLUNTARIADO

1. O SMPC recorre a bolsa de voluntariado para apoiar as diferentes áreas de intervenção caso se verifique necessário
2. O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá ser coordenado pelo SMPC (este deverá indicar o local onde os voluntários se deverão reunir, comunicar-lhes as suas missões e disponibilizar-lhes alimentação, sempre que seja necessário).
3. O SMPC mantém actualizada a lista de voluntários disponíveis e empenhados nas acções de emergência
4. O SMPC mantém a CMPC informada sobre as actividades desenvolvidas pelos voluntários.

## 2. LOGÍSTICA

A coordenação, recepção e tratamento da informação relativa às necessidades logísticas existentes numa emergência, diferencia-se em apoio prestado às forças de intervenção e em apoio prestado à população. No que respeita ao apoio logístico a prestar às forças de intervenção em caso de emergência, importa salientar as diferentes necessidades logísticas essenciais para a prossecução das missões a decorrer no terreno por forma ao restabelecimento, o mais rapidamente possível, das condições normais de vida. Neste sentido, indica-se na Tabela 3 as entidades responsáveis pela coordenação do apoio logístico às forças de intervenção, as entidades intervenientes, as prioridades de acção e os procedimentos e instruções de coordenação.

Sempre que se verifique a necessidade de solicitar **outro tipo de artigos para além dos previstos no PMEPCO (disponibilizados pelos elementos que integram a CMPC) ou indisponíveis no concelho**, estes poderão ser requisitados à CMO (através do Presidente da Câmara Municipal – Director do PMEPCO), indicando no entanto a sua necessidade para a prossecução das actividades de protecção civil em curso. O SMPC e o Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística estabelecerão os procedimentos e normas de mobilização e transporte dos meios e recursos necessários, cooperando e articulando-se com os vários agentes de protecção civil e organismos e entidades intervenientes. Conforme indicado no Ponto 1, **será dada preferência à utilização de meios e recursos públicos, sobre os privados.**

No que se refere ao apoio logístico a prestar à população competirá à CMO assegurar a disponibilização dos meios e bens essenciais, bem como, em caso de necessidade, os alojamentos temporários para a população deslocada, recorrendo ao auxílio de entidades de apoio.

Em caso de evacuação será necessário disponibilizar **transportes** para que a população possa ser deslocada para locais mais seguros ou Zonas de Concentração Local. Os procedimentos coordenação da movimentação da população encontram-se descritos nos procedimentos de evacuação (ver Ponto 5). **Durante a fase de reabilitação, poderá ser útil recorrer a bolsa de voluntariado para promover acções de obtenção de fundos externos (donativos) e de recolha de donativos não monetários de apoio à população.**

Na Tabela 4 indicam-se as entidades responsáveis pela coordenação do apoio logístico às populações, as entidades intervenientes, as prioridades de acção e os procedimentos e instruções de coordenação.

No Ponto 1, da Secção III - Parte IV apresenta-se uma listagem completa de meios e recursos dos organismos e entidades de apoio a que se poderá recorrer para adquirir os recursos ou serviços de apoio às populações e forças de intervenção.

## 2.1 Apoio logístico às forças de intervenção

Tabela 3. Procedimentos de apoio logístico às forças de intervenção

APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> - CMPC</p> <p><b>Substituto</b> - As entidades que compõem a CMPC serão sempre responsáveis pela coordenação dos meios logísticos, podendo em caso de necessidade pedir apoio a entidades externas</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão - SMPC e Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística</li> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de Freguesia</li> <li>▪ Águas do Algarve, S.A.</li> <li>▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 554</li> <li>▪ Associação de Escoteiros de Portugal</li> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão</li> <li>▪ EDP</li> <li>▪ CDOS de Faro</li> <li>▪ Empresas com maquinaria</li> <li>▪ Empresas de bens de primeira necessidade</li> <li>▪ Empresas de construção civil</li> <li>▪ Estradas de Portugal</li> <li>▪ EuroScut Algarve</li> <li>▪ Rotas do Algarve Litoral</li> <li>▪ Medigás</li> <li>▪ Empresas de venda de combustíveis</li> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>



### APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

- Indústrias
- IPSS que actuam no concelho
- Operadoras de telecomunicações (rede fixa e móvel)
- REFER
- Restaurantes

### PRIORIDADES DE ACÇÃO

- Assegurar as necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, distribuição de água potável, combustíveis, transportes, material sanitário, e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência.
- Garantir o contacto com entidades que comercializem bens de primeira necessidade e a entrega de bens e mercadorias necessárias.
- Prever a confecção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em acções de socorro.
- Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para assistência à emergência.

### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

#### ALIMENTAÇÃO, ÁGUA POTÁVEL E ALOJAMENTO

1. Numa primeira fase, em que no Teatro de Operações se encontrem apenas equipas do BMO, caberá à Célula de Logística do Posto de Comando Operacional providenciar o apoio logístico às várias equipas que se encontrem no terreno.
2. Nas primeiras 24 horas a satisfação das necessidades logísticas iniciais do pessoal envolvido nas operações estará a cargo das entidades a que pertencem (os próprios agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio).
3. Após as primeiras 24 horas (e após a ativação do PMEPCO), o SMPC deverá providenciar à Célula de Logística do Posto de Comando Operacional todo o apoio solicitado. Nesta fase as despesas relativas ao apoio logístico no(s) teatro(s) de operações serão suportadas pela CMO.  
A CMO recorrerá aos vários serviços da Câmara Municipal para providenciar o necessário apoio logístico.
4. Caso os serviços da CMO requeiram apoio nas acções de apoio logístico aos agentes de protecção civil e entidades de apoio, poderão apoiar-se nas IPSS do concelho e na bolsa de voluntariado.
5. A alimentação dos elementos que integram a CMPC será responsabilidade das respectivas entidades a que pertencem. Em situações de manifesta necessidade, e caso o Presidente da Câmara Municipal de Olhão assim o entenda, a alimentação poderá ser assegurada pela CMO.

### APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

6. As cantinas de instalações públicas deverão ser consideradas como principais infra-estruturas de apoio. Em caso de necessidade deverá recorrer-se a empresas de *catering* e a restaurantes do concelho.

### COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

1. Os agentes de protecção civil e os organismos e entidades de apoio ficarão responsáveis pelo abastecimento das suas viaturas e equipamentos, no que respeita a combustíveis e lubrificantes.
2. Os combustíveis e lubrificantes deverão ser adquiridos nos postos de combustível existentes no concelho e superfícies comerciais (consultar listagem de meios presente na Secção III - Parte IV).
3. A CMO poderá auxiliar os agentes de protecção civil e os organismos e entidades de apoio na obtenção de combustíveis e lubrificante em situações pontuais, recorrendo para tal a meios próprios e aos estabelecimentos privados presentes no concelho.
4. Deverá ser solicitado aos responsáveis por postos de abastecimento de combustíveis para terem reservas afectas apenas a agentes de protecção civil e entidades de apoio (ou seja, a disponibilidade de combustíveis para viaturas e máquinas afectas a acções de socorro deverá sobrepor-se à disponibilidade para a população em geral).

### MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MATERIAL

1. Os agentes de protecção civil e os organismos e entidades de apoio ficarão responsáveis pela reparação das suas viaturas e equipamentos.
2. Os agentes de protecção civil e os organismos e entidades de apoio, caso verifiquem não conseguir reparar através de meios próprios os seus equipamentos, e caso estes sejam essenciais para as acções de socorro a desenvolver, poderão pedir auxílio à CMO para que esta accione meios que permitam a sua reparação.
3. A reparação das infra-estruturas básicas essenciais para a actividade dos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio será responsabilidade das entidades responsáveis pelas mesmas (EDP, operadoras de comunicações, etc.). No entanto, em situações extraordinárias, e caso tal se revele crítico para o sucesso das operações de emergência, a reparação de infra-estruturas básicas poderão ser realizadas pelos serviços técnicos da CMO ou por entidades privadas contratadas por esta.

### INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

1. A disponibilização de instalações sanitárias ficará a cargo dos agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio.
2. As entidades que compõem a CMPC deverão disponibilizar locais próximos do teatro de operações, equipados com instalações sanitárias, como são exemplo os edifícios pertencentes à administração pública.
3. Em caso de necessidade de material sanitário adicional, deverá ser requisitado à CMPC sanitários portáteis. A CMPC poderá apoiar-se no CDOS para esta tarefa.

## APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

### MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

1. O(s) COS requisita(m) à CMPC (Director do PMEPCO) os meios considerados necessários (maquinaria para remoção de escombros, estabilizações/demolições de emergência, geradores eléctricos, iluminação exterior, etc.). O Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão participa nas estabilizações de emergência.
2. Caso os meios solicitados pelo COS não se encontrem disponíveis nas entidades que compõem a CMPC, a CMO procederá à sua mobilização recorrendo aos meios públicos e privados definidos na Secção III da Parte IV do PMEPCO e às várias entidades de apoio previstas para esta área de intervenção.
3. A CMO apoia-se no SMPC e nos serviços técnicos para proceder aos contactos a estabelecer com as empresas e outras entidades que possuam equipamentos úteis para fazer frente às situações de acidente grave ou catástrofe. Estes serviços municipais ficarão ainda responsáveis por coordenar estes meios e proceder ao seu transporte caso se verifique necessário.

### SERVIÇOS TÉCNICOS

1. O Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística indica se será necessário recorrer a serviços técnicos externos à CMO, ficando o pagamento destes serviços a cargo da CMO recorrendo a meios próprios (ver ponto 1).
2. O Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística, em articulação com o Director do PMEPCO, ficará responsável por contactar as entidades públicas e privadas que poderão prestar apoio na definição das estratégias de intervenção a operacionalizar.
3. Na fase de reabilitação caberá ainda aos serviços técnicos da Câmara Municipal apresentar estratégias de acção de modo a reactivar os serviços essenciais do concelho (água, electricidade, saneamento, etc.; ver Parte II do PMEPCO).

### MATERIAL DE MORTUÁRIA

1. A Autoridade de Saúde do município poderá requisitar, caso se verifique necessário, materiais e equipamentos ao Director do PMEPCO.

### ALOJAMENTO

1. O alojamento do pessoal empenhado nas operações de emergência ficará a cargo das entidades a que pertencem.
2. Em caso de necessidade as entidades envolvidas nas acções de emergência deverão requisitar auxílio à CMPC, a qual deverá recorrer de preferência a instalações públicas para alojar temporariamente o pessoal empenhado ou, em alternativa, às instalações dos Empreendimentos turísticos presentes no concelho que não tenham sido afectadas de forma crítica pelo evento.

## APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

### SECTORIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES

1. Zona de Apoio – é uma zona adjacente à Zona de sinistro, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção ou onde estacionam meios de intervenção para resposta imediata. Deverá localizar-se em área com facilidade no controlo de acessos, mas que o acesso por parte dos intervenientes seja facilitado à zona de sinistro.
2. Zona de Concentração e Reserva – é uma zona do Teatro de Operações onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata, onde se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar e onde têm lugar as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo posto de comando operacional. Deverá localizar-se numa área próxima da Zona de Apoio, ser ampla e, preferencialmente, com acesso à rede de abastecimento de água e a instalações sanitárias.

Esta zona só é definível aquando da ocorrência em concreto, uma vez que deverá localizar-se na proximidade do Teatro de Operações (onde ocorreu de facto o acidente). No entanto, para efeitos de referência encontram-se definidas no PMEPCO 4 locais (Pechão – próximo da EN2-6, Moncarapacho – à saída da A22, Marim – na proximidade da EN125 e da EN398 e Faro/Olhão – próximo da EN125) que poderão ser utilizadas para este fim em caso de acidente grave ou catástrofe (ver Mapa 33 da Secção II – Parte IV). Caso o COS assim o entenda, e se tal mostrar ser útil para as acções de socorro, poderão ser definidas outras ZCR.

## 2.2 Apoio logístico às populações

Tabela 4. Procedimentos de apoio logístico às populações

APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> - CMPC</p> <p><b>Substituto</b> - As entidades que compõem a CMPC serão sempre responsáveis pela coordenação dos meios logísticos, podendo em caso de necessidade pedir apoio a entidades externas</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão (SMPC, Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística e Divisão de Acção Social)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fusetta, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de Freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolas do concelho</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecimento Regional Prisional de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 554</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Escoteiros de Portugal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CP - Comboios de Portugal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Autoridade de Saúde do município</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empreendimentos turísticos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas com maquinaria</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de bens de primeira necessidade</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Farmácias</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indústrias</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPSS que actuam no concelho</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Restaurantes</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>

## APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

### PRIORIDADES DE ACÇÃO

- Assegurar a activação de Zonas de Concentração Local (ZCL) e de abrigos temporários da população deslocada e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados.
- Garantir a segurança das ZCL e dos abrigos temporários da população deslocada.
- Assegurar as necessidades logísticas da população deslocada, nomeadamente quanto a alimentação, distribuição de água potável, agasalhos, transporte, material sanitário, e outros artigos essenciais ao seu bem-estar.
- Garantir o contacto com entidades que comercializem alimentos confeccionados, bens de primeira necessidade e assegurar a entrega dos bens e mercadorias necessárias nas zonas de concentração local (locais onde para onde se deslocou temporariamente a população residente nos locais mais afectados).
- Garantir o registo de todas as pessoas que se encontram nas Zonas de Concentração Local e nos abrigos temporários.
- Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para assistência à emergência.

### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

#### ZONAS DE CONCENTRAÇÃO LOCAL E ABRIGOS TEMPORÁRIOS (identificadas na Tabela 8 – página 38 e no Mapa 33)

1. Os locais de acolhimento da população deslocada (Zonas de Concentração Local) e os abrigos temporários (locais seguros onde a população poderá aguardar até ser deslocada para as suas casas ou ZCL) activados pela CMPC constituem os locais onde se procede ao apoio da população afectada.
2. A GNR e PSP garantem a segurança da população presente nas zonas de concentração local (ZCL) ou nos abrigos temporários.
3. A operacionalização das ZCL é responsabilidade da CMO (através do SMPC e da Divisão de Acção Social) e do Instituto de Segurança Social, IP, os quais recorrem a entidades de apoio (IPSS do concelho, Juntas de Freguesia, etc.).
4. Os locais de acolhimento da população deslocada (Zonas de Concentração Local) deverão apresentar todas as condições mínimas de apoio (balneários, instalações sanitárias e locais amplos para a distribuição de colchões), bons acessos e estacionamento. Deverá ainda procurar-se garantir a existência de equipamentos que garantam a climatização do espaço.
5. Para além da utilização de instalações sob administração pública (por exemplo pavilhões desportivos) e de empreendimentos turísticos poderá recorrer-se à montagem de tendas de campanha, recorrendo-se para tal à Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão) e às Forças Armadas.
6. Ter como limite máximo 100 pessoas por Zona de Concentração Local (recomendações surgidas após análise dos procedimentos adoptados no sismo de Áquila em 2009, onde os campos contendo mais de 150 pessoas se tornaram de difícil gestão).

### APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

7. Garantir o fornecimento de electricidade à Zona de Concentração Local, recorrendo em caso de necessidade a geradores disponibilizados pelos agentes de protecção civil e CMO.
8. A CMPC define para cada Zona de Concentração Local o elemento que fica responsável por coordenar as várias actividades necessárias. Este elemento deverá encontrar-se em permanente ligação com a CMPC (ver Procedimentos de Evacuação).
9. A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCL ou num abrigo temporário é o seu registo, o qual deverá ser efetuado recorrendo ao modelo de registo de deslocados disponibilizado no ponto 3 da Secção III - Parte IV do PMEPCO. Esta informação deverá ser disponibilizada à Autoridade de Saúde do Município (uma vez que esta tem como uma das suas missões organizar o registo de deslocados feridos e mortos).
10. Os elementos responsáveis por cada uma das Zonas de Concentração Local (ZCL) mantêm um registo actualizado das pessoas que se encontram na ZCL
11. As entidades envolvidas na operacionalização de cada ZCL asseguram a recepção, atendimento e encaminhamento da população deslocada (que tenha chegado a uma ZCL ou a um abrigo temporário por meios próprios ou através de meios disponibilizados pela CMPC).
12. O Gabinete de Apoio à Presidência coordena-se com o SMPC e com os elementos responsáveis pelas ZCL e abrigos temporários, de modo a ter acesso à lista de pessoas presente naqueles locais.
13. O Gabinete de Apoio à Presidência gere uma linha de apoio ao munícipe, prestando informação de natureza diversa (localização da população deslocada, informação sobre o decorrer das operações de emergência, onde a população se deverá dirigir para pedir apoio, procedimentos a adoptar, locais de entrega de donativos não monetários, etc.).
14. A CMPC avalia a necessidade de activar um local de armazenamento temporário de bens de primeira necessidade a distribuir pela população necessitada (em Zonas de Concentração Local e/ou em zonas afectadas).
15. A CMPC, através do SMPC, deverá ponderar a utilidade de recorrer a bolsa de voluntariado para recolha de dádivas (bens alimentares, de higiene, vestuário e agasalhos). A bolsa de voluntariado poderá ainda auxiliar nas várias tarefas associadas à actividade das ZCL e executar acções de estafeta (transporte de bens, pessoas e comunicados).
16. Deverão ser constituídos locais de recepção de donativos (meios de apoio à população e donativos monetários, sendo que estes últimos deverão ser tratados de acordo com o definido no Ponto 1). Os donativos deverão ser posteriormente distribuídos pelas ZCL e pelos abrigos temporários (poderá recorrer-se a elementos da bolsa de voluntariado para esta tarefa). Esta tarefa caberá à CMO, a qual se poderá apoiar nas entidades de apoio previstas nesta Tabela.
17. No caso do Estabelecimento Regional Prisional de Olhão não apresentar as condições mínimas de segurança devido à ocorrência de acidente grave ou catástrofe, **este deverá articular-se com a CMPC** de modo a serem disponibilizados meios que permitam **transportar, realojar e manter em segurança e controlada a população prisional**. Os locais que poderão ser usados para realojar a população prisional serão outros estabelecimentos prisionais vizinhos. Em caso de impossibilidade de recorrer a outros estabelecimentos prisionais em tempo oportuno, poderá ser utilizado um dos edifícios previstos para realojar a população (ZCL), desde que se garantam as necessárias condições de segurança e de controlo da população prisional.

## APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

### ALIMENTAÇÃO E ÁGUA POTÁVEL

1. A satisfação das necessidades de alimentação e água potável da população deslocada ficará a cargo da Câmara Municipal de Olhão.
2. A distribuição de água potável pela população do concelho que não tem acesso à água da rede pública deverá ser efectuada recorrendo a camiões cisterna dos corpos de bombeiros e aos depósitos de água existentes na área do concelho. Poderá ainda recorrer-se à distribuição de água engarrafada, ficando as despesas desta operação a cargo da Câmara Municipal (Ver Ponto 1).
3. A distribuição de alimentos e água potável ao pessoal envolvido nas acções de acolhimento da população deslocada ficará a cargo da Câmara Municipal. No entanto, sempre que possível, os organismos e entidades de apoio, caso possam recorrer a meios próprios, deverão fazê-lo de modo a não sobrecarregar a organização logística de emergência.
4. Deverão ser consideradas como principais infra-estruturas de apoio as cantinas de instalações públicas. Em caso de necessidade deverá recorrer-se a empresas de *catering* e a restaurantes do concelho.
5. Caberá à Autoridade de Saúde do município garantir a qualidade da água e alimentos a distribuir nas zonas de concentração local, bem como a adequação de outros bens essenciais como agasalhos, por exemplo.

### AGASALHOS

1. A distribuição de agasalhos pela população deslocada será responsabilidade da Câmara Municipal Olhão.
2. A CMO deverá, numa primeira fase, avaliar a disponibilidade de distribuição de agasalhos por parte de IPSS, Instituto de Segurança Social I.P. – Centro Distrital de Faro e Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão). Caso recorrendo a meios próprios e a entidades e organismos de apoio não se consiga obter o número de agasalhos suficientes para satisfazer as necessidades da população deslocada deverá recorrer-se a entidades privadas, sendo as despesas suportadas pela Câmara Municipal de Olhão, de acordo com o previsto no Ponto 1.

### TRANSPORTES

1. O Transporte da população para as Zonas de Concentração Local e para os abrigos temporários será responsabilidade da CMPC, a qual deverá recorrer aos meios próprios da Câmara Municipal de Olhão e dos agentes de protecção civil.
2. Caso mostre ser necessário, a CMPC deverá recorrer ao aluguer de viaturas privadas para garantir o transporte da população afectada para as Zonas de Concentração Local e para os abrigos temporários.

### MATERIAL SANITÁRIO

1. A distribuição de material sanitário pela população deslocada ficará a cargo da CMO, a qual poderá recorrer a entidades de apoio para esta tarefa.



### APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

2. A CMO deverá recorrer numa primeira fase aos meios disponíveis na Câmara Municipal e aos fornecedores desta para este tipo de bem.
3. Em caso de necessidade a CMO deverá recorrer a superfícies comerciais para se abastecer neste tipo de bem, ficando a responsável por suportar os custos associados (ver Ponto 1).
4. Em caso de necessidade de instalações sanitárias adicionais, a CMPC deverá recorrer a sanitários portáteis. A CMPC poderá apoiar-se no CDOS para esta tarefa.

### BOLSA DE VOLUNTARIADO

1. A CMPC avalia a necessidade de se activar a bolsa de voluntariado de modo a se recolher bens de primeira necessidade (em armazéns, instalações comerciais ou provenientes de doação) e distribuí-los pelas Zonas de Concentração Local (acolhimento da população deslocada).

### 3. COMUNICAÇÕES

É fundamental nas fases de pré-emergência ou emergência ter uma ideia concreta da situação real vivida no terreno, de forma a se poder enviar rapidamente os meios e recursos necessários para o restabelecimento das normais condições de vida da população. Deste modo, torna-se necessário proceder à inspecção dos locais afectados e transmitir rapidamente informações para a CMPC, de forma precisa, coerente e concisa, recorrendo para tal ao sistema de comunicações existente no concelho. A Figura 1 representa esquematicamente a organização das comunicações em caso de emergência.

No teatro de operações competirá ao comandante das operações de socorro estabelecer o plano de comunicações e definir, em articulação com o CDOS, os canais de comando, táticos e de manobra. Cada teatro de operações deverá ser considerado como um núcleo isolado, sendo que qualquer contacto rádio com e a partir do mesmo será feito em exclusivo através do Posto de Comando Operacional e pelo CDOS. O COS deverá ainda ter sempre em conta as normas técnicas para a utilização da **Rede Estratégica de Protecção Civil (REPC)**<sup>2</sup>, a qual permitirá a ligação com a CMPC (via SMPC), APC e organismos e entidades de apoio em situação de acidente grave ou catástrofe.

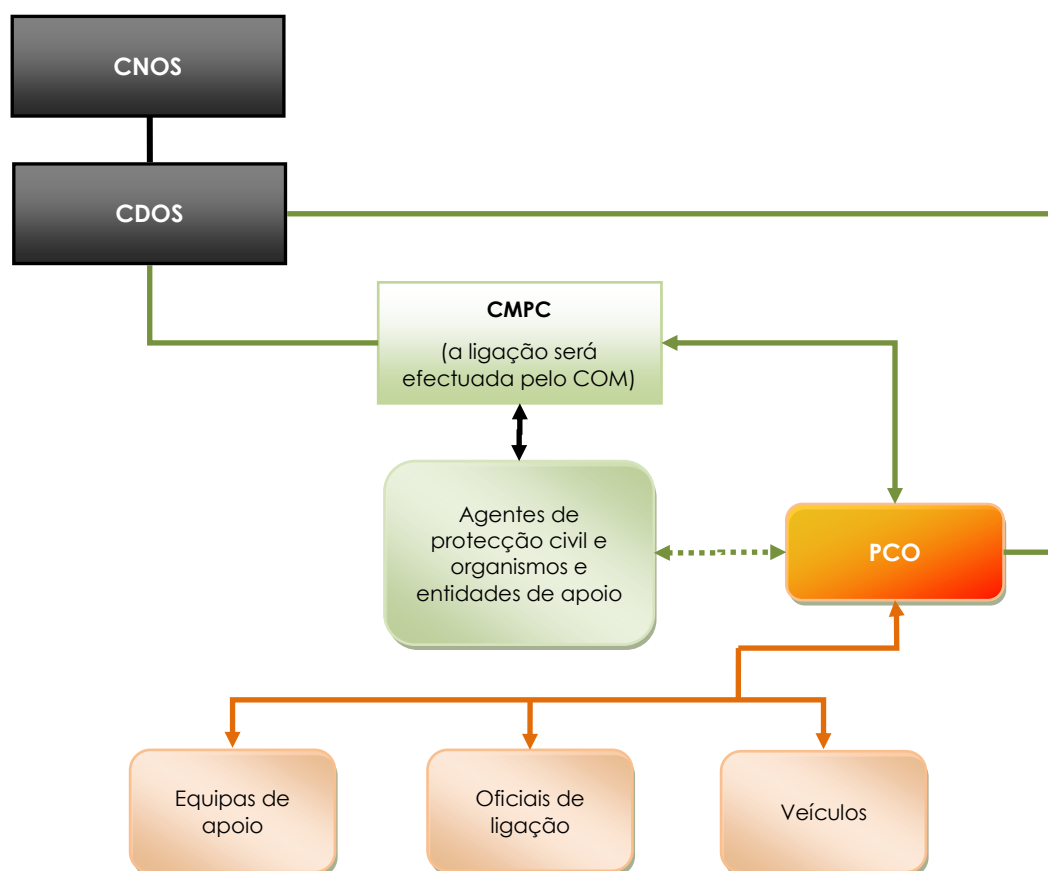
Além da REPC encontra-se também disponível a **Rede Operacional dos Bombeiros (ROB)**<sup>3</sup>, em que o controlo é efectuado a partir do CDOS. De acordo com a ANPC (2009), a ROB divide-se em 4 conjuntos de canais: comando distrital; comando, táticos, e de manobra. Os primeiros operam no modo semi-duplex, e os restantes em simplex, com 3, 5 e 7 canais cada, respectivamente. Para além dos Corpos de Bombeiros, têm acesso à ROB em canal de manobra outras entidades, especificamente autorizadas pela ANPC, que possuam meios de combate a incêndios e estejam empenhadas em operações conjuntas com os Corpos de Bombeiros. As normas e procedimentos de exploração das redes de radiocomunicações de emergência da ANPC (REPC e ROB) encontram-se definidos nas Normas de Execução Permanente (NEP) n.º NEP/8/NT/2010, de 10 de Dezembro.

Além da REPC e ROB, encontra-se implementado (ainda que não esteja em pleno funcionamento) o **Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)**. O SIRESP é um sistema único de comunicações, baseado numa só infra-estrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que assegurará intercomunicação entre forças de segurança e emergência e, em caso de emergência, permitirá a centralização do comando e da coordenação. Assim, futuramente as comunicações dos agentes de protecção civil do concelho de Olhão estarão integradas neste sistema.

---

<sup>2</sup> É uma rede VHF/FM, interligada por repetidores e links. Possui 43 canais em semi-duplex, correspondentes a outros tantos repetidores e é complementada por 18 canais em simplex (1 por distrito) para utilização local dos SMPC e APC, com excepção dos Corpos de Bombeiros, cuja utilização é restrita às bases, móveis e portáteis de comando (ANPC, 2009).

<sup>3</sup> É uma rede VHF/FM em semi-duplex, constituída por repetidores e links com cobertura local (distrital).



© metacortex

**Legenda:**

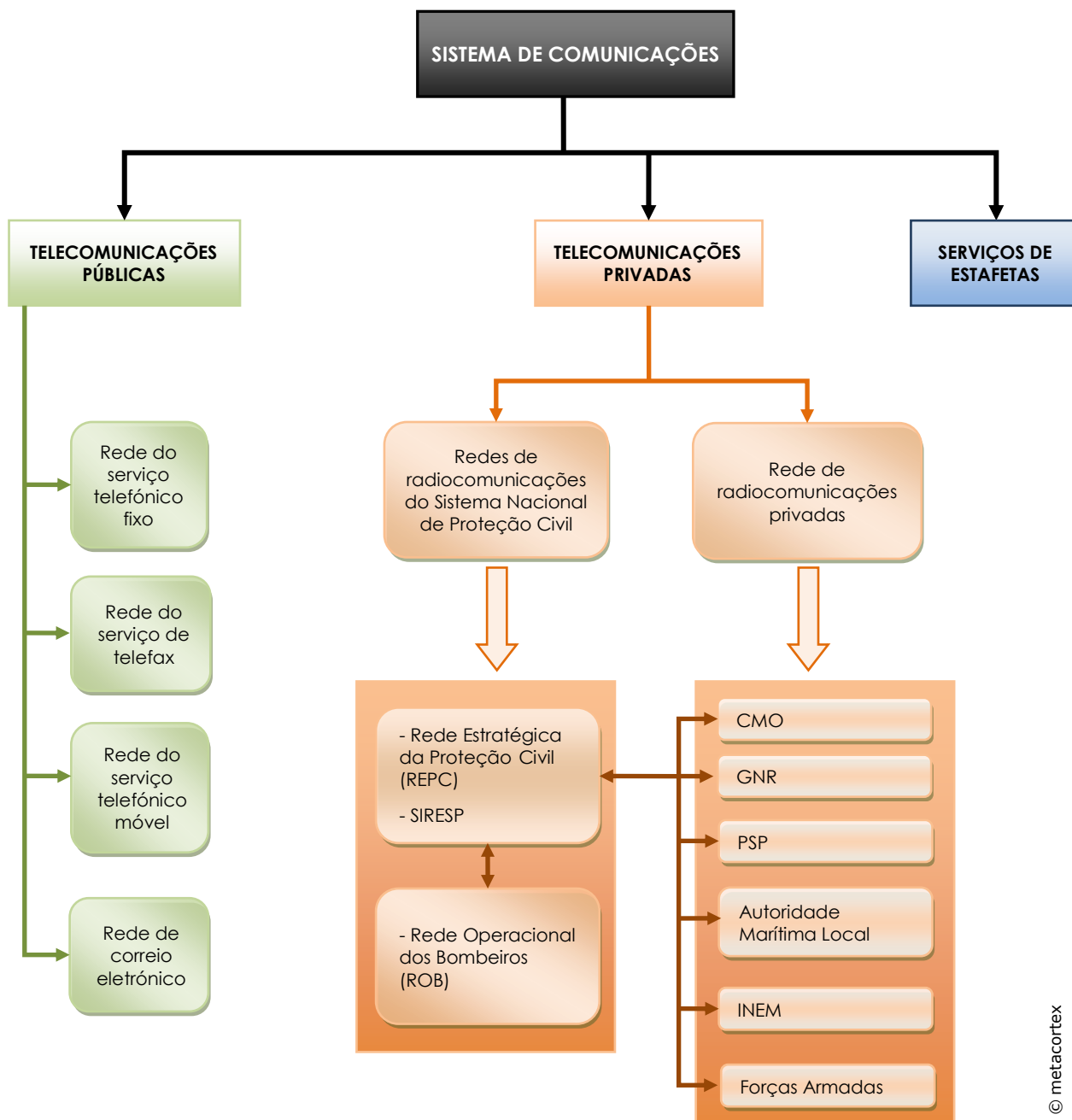
**CNOS** – Comando Nacional de Operações de socorro; **CDOS** – Comando Distrital de Operações de Socorro; **CMPC** – Comissão Municipal de Protecção Civil; **PCO** – Posto de Comando Operacional.

..... Estas comunicações serão estabelecidas por iniciativa do PCO

**Figura 1. Organização das comunicações em caso de emergência**

O sistema de comunicações previstas no PMEPCO utiliza infra-estruturas de telecomunicações públicas e privadas. As telecomunicações de uso público agrupam-se em rede do serviço telefónico fixo e móvel, rede do serviço de telefax e rede de correio eletrónico. As telecomunicações privadas são constituídas pela REPC, SIRESP, ROB, rede de radiocomunicações das forças de segurança e da CMO. Em caso de necessidade poderá ainda recorrer-se a mensagens escritas distribuídas através de serviços de estafetas (ver Figura 2).

De salientar que embora todas as redes estejam interligadas (por estarem sediadas, ou não, em central de comunicações de um serviço ou agente de protecção civil e ou funcionamento da CMPC), elas não se encontram *linkadas* por equipamento, nem hierarquizadas entre si.



© metacortex

**Figura 2. Organograma do sistema de comunicações do PMEPCO**

Na Tabela 5 identificam-se os procedimentos associados às comunicações, as entidades intervenientes, as prioridades de acção e os procedimentos e instruções de coordenação. No Ponto 11 da Secção III – Parte IV identificam-se, em pormenor, as frequências de rádio da REPC e da ROB para o distrito de Faro.

Tabela 5. Procedimentos relativos às comunicações

COMUNICAÇÕES	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b> <b>Responsável</b> – Comandante de Operações de Socorro <b>Substituto</b> – Comandante Operacional Municipal	
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operadoras de telecomunicações (rede fixa e móvel)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer um Plano de Comunicações que permita a troca de informação entre todas as entidades intervenientes e, conseqüentemente, o efectivo exercício das funções de comando, controlo e coordenação da operação.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Auxiliar nas acções de operacionalização dos meios de comunicação.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mobilizar e coordenar as acções das associações de radioamadores.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manter um registo actualizado do estado das comunicações e dos constrangimentos existentes.</li> </ul>	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O sistema de comunicações tem por base os meios dos diferentes agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, cabendo a cada um daqueles assegurar as comunicações entre os elementos que os constituem.</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Imediatamente após a ocorrência de acidente grave ou catástrofe, devem ser efectuados testes de comunicações em todos os sistemas e com todas as entidades intervenientes de modo a colocá-las por um lado imediatamente em estado de prontidão e, por outro, para avaliar constrangimentos.</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Os elementos que se apresentem na CMPC estabelecerão contacto com as organizações a que pertencem por canais próprios ou através dos meios disponíveis nas instalações designadas para a reunião da CMPC (o local de reunião da CMPC encontra-se indicado no Ponto 1, da Parte II).</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>4. O CDOS e a CMPC encontram-se permanentemente em contacto entre si.</li> </ol>	

## COMUNICAÇÕES

5. Compete ao Comandante das Operações de Socorro estabelecer o plano de comunicações para o teatro de operações tendo em conta a NEP n.º 8/NT/2010 de 10 de Dezembro. O Posto de Comando Operacional mantém-se em contacto permanente com a CMPC e CDOS. A ligação do Posto de Comando Operacional com a CMPC será feita via COM ou, em alternativa, via Presidente da CMO.
6. Caso sejam constituídos vários teatros de operações (TO), os COS dos mesmos serão responsáveis pelas comunicações desses TO. Nestes casos, os COS direccionam a informação ao Posto de Comando Operacional, o qual se articula com o COM (elemento de ligação com a CMPC) e CDOS.
7. No Posto de Comando Operacional as ligações entre diferentes entidades (por exemplo entre os corpos de bombeiros e forças de segurança) poderão ser garantidas através de oficiais de ligação (metodologia que permitirá mitigar as dificuldades de comunicação entre os sistemas privados de radiocomunicações das várias entidades).
8. As entidades com meios próprios deverão, caso se verifique útil, disponibilizar meios de comunicação portátil às entidades previstas no PMEPCO que mostrem ter dificuldades ao nível das comunicações.
9. O fluxo de informação necessário à acção articulada das várias entidades intervenientes nas acções de socorro (fora dos TO) será assegurado pelos representantes presentes na CMPC.
10. No caso de se verificar a necessidade de se evacuarem locais e proceder ao realojamento da população afectada em abrigos temporários ou em Zonas de Concentração Local, as comunicações poderão ser efectuadas através do serviço telefónico (fixo e/ou móvel) ou, caso se considere ser mais útil ou aquelas infra-estruturas se encontrem danificadas, recorrendo à rede das forças de segurança destacadas para esses locais (equipamento rádio móvel).
11. Os operadores das redes comerciais, fixa e móvel, deverão disponibilizar um relatório de situação onde conste eventuais áreas de cobertura afectada, níveis de saturação e tempos de reposição. Deverão ainda estar preparados para assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações telefónicas, garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais e colaborar na redução/eliminação do tráfego existente na(s) zona(s) de sinistro.
12. Os operadores das redes comerciais, fixa e móvel, caso necessitem de maquinaria de apoio para o rápido restabelecimento das infra-estruturas afectadas consideradas críticas para as operações de socorro, deverão indicá-lo à CMPC de modo a que esta possa desencadear os necessários procedimentos para a mobilização dos mesmos.
13. Em situação de acidente grave ou catástrofe, onde se verifique o dano ou destruição de importantes infra-estruturas de apoio às comunicações, correndo-se o risco da troca de informações entre os elementos constituintes da CMPC se processar deficientemente, comprometendo a indispensável cadeia de comando, dever-se-á recorrer a meios provenientes de entidades privadas, como sejam, rádios locais e/ou estabelecimentos comerciais especializados em equipamentos de comunicação, de forma a reforçar a rede existente ou substituindo as inoperacionais (consultar meios e contactos da Secção III -Parte IV).
14. O acesso à REPC por parte dos serviços municipais de protecção civil, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio está regulado pela NEP n.º 8/NT/2010, de 10 de Dezembro, da ANPC.
15. Em caso de manifesta necessidade, a CMPC poderá recorrer a bolsa de voluntariado para serviço de estafeta, a utilizar como ligação.

## 4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A gestão da informação compreende essencialmente dois níveis: a informação necessária para uma correta articulação entre os agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio, e a informação a divulgar à população. Toda a divulgação de informação tem como finalidade última possibilitar uma resposta mais adequada e eficaz em situações críticas e mitigar as consequências associadas a acidente grave ou catástrofe. A Figura 3 clarifica a articulação que será necessário garantir ao nível da gestão de informação.

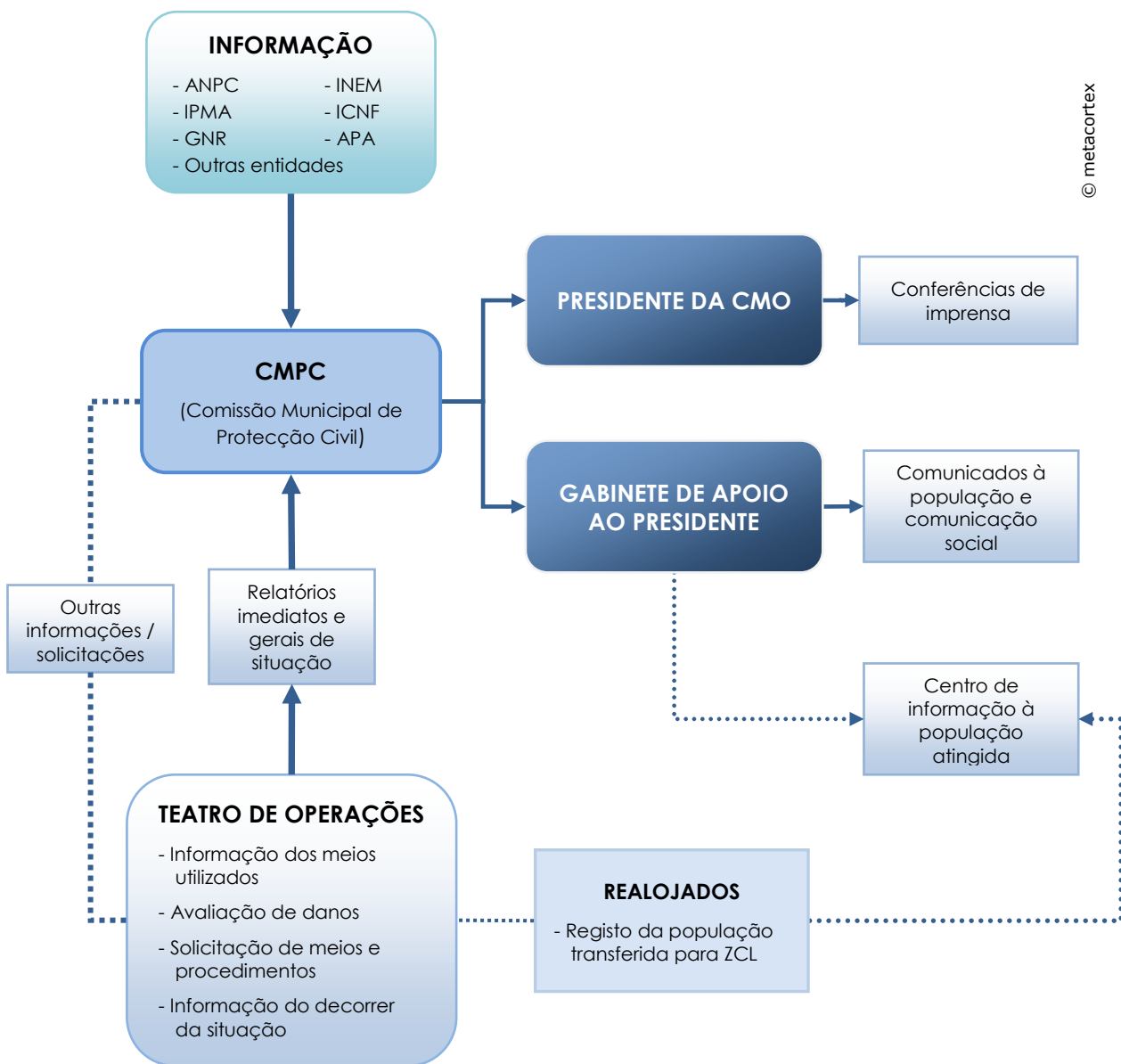
A gestão de informação entre as entidades que se encontram no(s) teatro(s) de operações será da responsabilidade do Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará localmente com os vários agentes de protecção civil a actuar no teatro de operações (TO), superiormente com o CDOS e a nível municipal com o COM e Presidente da Câmara Municipal (director do PMEPCO). O COS apoiar-se-á na célula de Planeamento e Operações do Posto de Comando Operacional. Os dados a serem fornecidos ao COS deverão ser as solicitadas por este às entidades que entender necessárias.

O Posto de Comando Operacional (coordenado pelo COS) deverá preparar relatórios imediatos e gerais de situação, sendo que deverá ser estabelecido entre este e a CMPC e/ou o CDOS a periodicidade de entrega dos mesmos. Estes relatórios, dada a sua natureza, serão comunicados por via oral, podendo-se ainda recorrer ao envio de relatórios escritos utilizando o modelo indicado na Parte IV – Secção III.

A CMPC ficará responsável por apoiar o(s) COS nas acções a desenvolver no(s) TO e desencadear outras acções de emergência para apoio à população afectada, sendo essencial garantir a existência de procedimentos que permitam uma eficiente gestão da informação. Esta será garantida através de recolha e difusão de informação através de canais próprios. A CMPC deverá ainda, e de modo periódico, integrar os vários relatórios de situação divulgados pelos COS num único de modo a possuir uma perspectiva geral dos danos sofridos e meios empenhados (relatórios para controlo do evoluir da situação por parte da CMPC, podendo igualmente recorrer ao modelo da Parte IV – Secção III).

A CMPC poderá ainda recorrer a dados disponibilizados pelos vários serviços técnicos disponíveis na CMO (informação sobre as infra-estruturas do concelho, modelos de previsão como por exemplo de comportamento do fogo, dados meteorológicos, etc.). A partir desta informação, a CMPC, na fase de emergência ou pré-emergência, avalia os riscos associados à situação, os danos causados ou potenciais, acompanha a evolução da emergência e determina os meios e recursos a empenhar e operações a desencadear. **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** identifica em concreto as acções que ermitirão garantir uma correcta gestão de informação entre os agentes de protecção civil e os organismos e entidades de apoio.

No que respeita à informação a disponibilizar à população, importa ter definido no PMEPCO os procedimentos que garantirão uma correcta informação à população, no que respeita ao decorrer das operações, localização da população deslocada, procedimentos de autoprotecção a adoptar e comportamentos de cooperação com os agentes de protecção civil a cumprir. O Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão é o órgão responsável, nas fases de emergência ou pré-emergência, pela recolha e preparação, com periodicidade previamente determinada (pelo Presidente da Câmara Municipal), de avisos e comunicados a distribuir às populações e comunicação social, e pela organização de conferências de imprensa. Na Tabela 7 apresenta-se a organização e os procedimentos previstos para as acções de informação à população.



© metacortex

Figura 3. Organização da gestão de informação do PMEPCO



## 4.1 Gestão da informação de apoio às operações

Tabela 6. Procedimentos para a gestão da informação de apoio às operações

GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	
<b>Responsável</b> – Diretor do PMEPCO – Presidente da Câmara Municipal <b>Substituto</b> – Vice-Presidente da Câmara Municipal	
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 554</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Escoteiros de Portugal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fusetas, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPSS que atuam no concelho</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ LNEC</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ REFER</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INAC</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolas do concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agência Portuguesa do Ambiente</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Português do Mar e da Atmosfera</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Medigás</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Tecnológico do Gás</li> </ul>

## GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES

### PRIORIDADES DE AÇÃO

- Recolher a informação necessária para os processos de tomada de decisão.
- Analisar possíveis cenários e resultados de modelos de previsão.
- Garantir a ação concertada dos agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.
- Assegurar a notificação e passagem de informação diferenciada às autoridades políticas, CDOS, agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.

### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. O COS é o responsável pela gestão da informação no teatro das operações. Caber-lhe-á transmitir ao Posto de Comando Operacional os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.
2. Em cada Posto de Comando competirá à Célula de Planeamento e Operações articular e avaliar a informação externa e interna (por exemplo, número de vítimas, área afetada, infraestruturas em risco de colapso, estradas intransitáveis e alternativas, locais de evacuação médica primária, estimativa de número de pessoas afetadas e de deslocados, etc.). Para tal deverá comunicar quer com os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio presentes no terreno, quer com a CMPC (através do COM) e CDOS.
3. Cabe à Célula de Planeamento e Operações do Posto de Comando Operacional receber e processar toda a informação emanada dos escalões inferiores e do nível político, prestando aconselhamento nesta matéria ao responsável pelo Posto de Comando (COS).
4. Os Relatórios Imediatos de Situação poderão ser transmitidos ao Posto de Comando por via escrita ou, excepcionalmente, por via oral, passados posteriormente a escritos no mais curto espaço de tempo possível. Poderá ser usado como modelo tipo previsto na Secção III - Parte IV do PMEPCO para a atividade da CMPC.
5. Os relatórios gerais de situação (a elaborar de acordo com o modelo presente no ponto 3 da Secção III da Parte IV do PMEPCO) serão da responsabilidade do COS, sendo que a sua periodicidade não deverá ser superior a 4 horas, salvo indicação expressa em contrário. Estes relatórios deverão ser disponibilizados à CMPC.
6. Os COS poderão solicitar a qualquer entidade interveniente relatórios de situação especial, destinados a esclarecer aspetos específicos associados às operações de emergência.
7. Os relatórios deverão, no mínimo, conter informação sobre o ponto de situação das operações em curso, forças empenhadas, vítimas humanas, danos em edifícios, vias de comunicação, redes e infraestruturas, avaliação de necessidade e perspectivas de evolução do acidente grave ou catástrofe.
8. A CMPC deverá integrar, periodicamente, os relatórios dos COS num relatório único, de modo a possuir uma perspectiva global dos danos sofridos e meios empenhados na área do concelho. Poderá, para tal, recorrer igualmente ao modelo tipo previsto na Secção III - Parte IV do PMEPCO.

## GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES

9. Sempre que se verificar a mudança de comando deverá ser realizado um *briefing* ao próximo Comandante e informar todos os agentes de proteção civil intervenientes nas operações de emergência relativamente à mudança de comando efetuada.
10. Os organismos e entidades de apoio que se encontrem envolvidos nas operações deverão enviar à CMPC, sempre que solicitado, pontos de situação escritos. Apenas em situações excecionais deverão ser enviados à CMPC pontos de situação por via oral, ficando o Gabinete de Apoio ao Presidente responsável por passar a escrito as informações enviadas.
11. A periodicidade mínima dos pontos de situação a enviar pelos organismos e entidades de apoio à CMPC deverá ser de 4 horas.
12. A CMPC reúne-se com uma periodicidade mínima de 4 horas para realização de briefings.
13. O SMPC e os serviços técnicos da CMO são os responsáveis pela recolha e divulgação de informação necessária para os processos de tomada de decisão por parte da CMPC (por exemplo, estabilidade dos edifícios, localização de infraestruturas, dados meteorológicos, etc.).
14. As entidades de apoio eventual (IPMA, ICNF, APA, LNEC, INAC) disponibilizam informação de carácter técnico considerada útil pelo Diretor do PMEPCO e COS no apoio à decisão, assim como, na gestão das operações de socorro.
15. As informações a disponibilizar aos agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio serão realizadas pelos elementos de ligação presentes na CMPC, ou em alternativa pelo COM ou SMPC.
16. A CMPC deverá solicitar e divulgar (através de informação disponibilizada pelo CDOS, agentes de proteção civil e entidades e organismos de apoio) informação relativa a estradas intransitáveis e alternativas, locais com infraestruturas em risco de colapso, locais com vítimas e locais onde se ativarão Zonas de Concentração Local, abrigos temporários e outras informações relevantes.
17. A CMPC deverá garantir a disponibilização de informação útil para as entidades que embora ainda não se encontrem a participar nas ações de emergência, se encontrem em estado de prontidão.
18. O COS e a CMPC mantêm ligação permanente com o CDOS, recorrendo aos meios de comunicações ao seu dispor (ver Ponto 3).

## 4.2 Gestão da informação pública

Tabela 7. Procedimentos para a gestão da informação pública

GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b> <b>Responsável</b> - Director do Plano – Presidente da Câmara Municipal de Olhão <b>Substituto</b> - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Olhão	
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de freguesia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolas do concelho</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (hospital alternativo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INAC</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agência Portuguesa do Ambiente</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Português do Mar e da Atmosfera</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ LNEC</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro, EPE (hospital de referência)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Órgãos de comunicação social</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPSS que actuam no concelho</li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar que a população é mantida informada de forma contínua, de modo a que possa adoptar as instruções das autoridades e as medidas de autoprotecção mais convenientes.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a divulgação à população da informação disponível, incluindo números de telefone de contacto (em particular, linhas da Câmara Municipal geridas pelo Gabinete de Apoio ao Presidente), indicação de pontos de reunião ou centros de deslocados/assistência, listas de desaparecidos, mortos e feridos, locais de acesso interdito ou restrito e outras instruções consideradas necessárias.</li> </ul>	

### GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

- Divulgar informação à população sobre locais de recepção de donativos e locais para inscrição para serviço voluntário.
- Garantir a ligação com os órgãos de comunicação social e preparar, com periodicidade determinada (inferior a 24 h), comunicados a distribuir.
- Organizar, preparar e realizar conferências de imprensa por determinação do Director do Plano.
- Organizar visitas dos órgãos de comunicação social ao teatro de operações garantindo a sua recepção e acompanhamento.
- Garantir a articulação entre as informações divulgadas pelo Director do PMEPCO e pela ANPC (CDOS ou CNOS).

### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. O Director do PMEPCO é o responsável pela definição dos conteúdos dos comunicados à comunicação social.
2. A ligação em permanência do Director do PMEPCO com o CDOS e Ministro da Administração Interna garante a uniformização da informação a disponibilizar aos órgãos de comunicação social.
3. O Director do PMEPCO apoia-se no Gabinete de Apoio ao Presidente para preparação de conferências de imprensa, comunicados à comunicação social e na divulgação de informação à população através de meios próprios.
4. As **conferências de imprensa** deverão ser efectuadas pelo presidente da Câmara Municipal ou pelo Vice-Presidente, em sua representação. Em casos excepcionais, poderá ser efectuado pelo COM.
5. Os **comunicados** a distribuir pelos órgãos de informação deverão ter por base os modelos indicados na Secção III - Parte IV do PMEPCO. A informação a disponibilizar deverá esclarecer a população sobre o evoluir da situação de acidente grave ou catástrofe e as acções que se estão a desenvolver para a resolução da mesma. Deverá ainda indicar-se os procedimentos de segurança, auto-protecção e de ajuda às acções de socorro a serem seguidos pela população, bem como os locais de concentração local, números de telefone para a obtenção de informação, locais de recepção de donativos e de inscrição para o serviço de voluntariado.
6. Os meios a utilizar para divulgação de informação serão os órgãos de comunicação social (rádios e imprensa escrita, em particular os identificados no ponto 7 da Parte I), página da Internet e linhas telefónicas da Câmara Municipal designadas para o efeito, viaturas equipadas com megafones e por via pessoal (agentes de protecção civil, SMPC, Juntas de Freguesia, entidades e organismos de apoio).
7. As forças de segurança que actuam no concelho (GNR, PSP e Autoridade Marítima Local) informam a população presente nas áreas sob sua jurisdição sobre os locais para onde se deverão deslocar, as áreas interditas e procedimentos a adoptar para facilitar as acções de socorro e salvamento em curso.
8. A periodicidade das conferências de imprensa será definida pelo director do PMEPCO, não devendo, contudo, ser superior a 24 horas.

### GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

9. As conferências de imprensa deverão ser realizadas no local da reunião da CMPC de modo a que o director do PMEPCO não tenha que se deslocar propositadamente para o efeito.
10. Os comunicados a disponibilizar pelo Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO aos órgãos de comunicação social deverão ir sempre assinados pelo Presidente da Câmara ou seu substituto.
11. A periodicidade dos comunicados será definida pelo Director do PMEPCO, devendo ser igual ou superior a uma hora e inferior a quatro (mesmo que não se tenham verificado alterações relativamente ao evoluir da situação).
12. Cada elemento de ligação da CMPC (representante das várias entidades que integram a CMPC) deverá disponibilizar dados ao Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO com uma periodicidade não superior a duas horas.
13. Para além de comunicados a distribuir pelos órgãos de comunicação social (rádios e imprensa escrita – identificados no ponto 7.1 da Parte I), a Câmara Municipal, através do Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO, deverá **disponibilizar uma linha telefónica** para prestar esclarecimentos à população, e **colocar informação na sua página da Internet - [www.cm-olhao.pt](http://www.cm-olhao.pt)** (informação útil à população e aos órgãos de comunicação social). Este serviço terá por finalidade informar se a pessoa procurada consta dos registos de população alojada em Zonas de Concentração Local e em abrigos temporários, e indicar as acções de auto-protecção e de colaboração com os agentes de protecção civil a adoptar.
14. O Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO encontra-se em permanente ligação com a Autoridade de Saúde do município de modo a obter e centralizar toda a informação relativa à identificação e localização de feridos, promovendo os contactos entre familiares.
15. O Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO encontra-se em permanente ligação com o(s) elemento(s) responsável(eis) pela(s) Zona(s) de Concentração Local, de modo a compilar informação relativa à identificação das pessoas que foram deslocadas para aquelas instalações.
16. O SMPC apoia tecnicamente a acção do Gabinete de Apoio ao Presidente da CMO.
17. Na Secção III, da Parte IV identifica-se o tipo de informação de auto-protecção e de apoio à emergência que deverá ser disponibilizada à população face a ocorrência dos diferentes riscos.
18. Os agentes de protecção civil que actuam no concelho poderão igualmente divulgar informação à população recorrendo aos meios próprios (megafones, por exemplo).
19. As entidades de apoio eventual (IPMA, ICNF, APA, LNEC, INAC) disponibilizam informação de carácter técnico considerada útil pelo Director do Plano na preparação de informação a divulgar à população.

## 5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

A ocorrência de acidentes graves ou catástrofes pode levar à necessidade de se proceder à evacuação de zonas, o que, por sua vez, poderá implicar a mobilização, alojamento e realojamento de populações em risco. Nestas situações, compete ao(s) COS, avaliar(em) os riscos associados à ocorrência e determinar a necessidade de se desencadear os devidos procedimentos de evacuação. **A evacuação é proposta pelo comandante das operações de socorro, validada ou aprovada pela autoridade política de protecção civil, isto é, pelo Presidente da Câmara Municipal e coordenada pelas forças de segurança.**

**Em caso de extrema necessidade o COS poderá desencadear as acções de evacuação comunicando posteriormente, e no mais curto espaço de tempo possível, a decisão tomada ao director do PMEPCO de modo a este desencadear os necessários os procedimentos de realojamento (accionamento de transportes, de Zonas de Concentração Local e/ou de abrigos temporários).** A nível operacional definem-se no PMEPCO dois níveis de evacuação:

- a evacuação primária, que corresponde à retirada da população da zona em risco para um local de segurança nas imediações;
- a evacuação secundária, que compreende o deslocamento da população afectada do local de segurança para instalações de abrigo, onde poderão garantir as suas necessidades básicas (alimento, agasalho e instalações sanitárias).

Chama-se a atenção para o facto de poder acontecer que o local escolhido para a evacuação primária possuir condições para acolher a população por um período continuado, fazendo com que não seja necessária nova deslocação (evacuação secundária). O processo de evacuação, deverá ser feito de forma ordeira de modo a impedir situações de pânico entre a população e garantir a rapidez e eficiência da operação.

O concelho de Olhão tem previstas **Zonas de Concentração Local (ZCL), que correspondem a locais de reunião e acolhimento das pessoas provenientes das zonas sinistradas**, as quais coincidem, sempre que possível, com estruturas fixas bem conhecidas como campos de futebol, pavilhões gimnodesportivos, praças públicas entre outras. Nestas zonas deverá ser realizada a identificação da população deslocada, através do preenchimento de uma ficha de registo (ver Ponto 3, da Secção III da Parte IV).

Nos casos em que se verifique a utilidade de proceder a uma evacuação primária (à qual se seguirá uma secundária), a população a deslocar será acolhida em locais de abrigo temporário (sem características que permitam a permanência da população por mais de 24 h, como por exemplo Juntas de Freguesia ou largos de povoações), procedendo-se posteriormente a uma evacuação secundária para ZCL com melhores condições de acolhimento. No concelho de Olhão as infra-estruturas que poderão ser utilizadas como abrigos temporários (para um menor número de pessoas e por períodos tendencialmente inferiores a 24 h) e como ZCL (para um número maior de pessoas) encontram-se identificadas na Tabela 8 e no Mapa 33 (Secção II – Parte IV).

**Tabela 8. Zonas de concentração local e abrigos temporários para o concelho de Olhão**

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE (N.º DE PESSOAS)		OBSERVAÇÕES
		ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	ABRIGO TEMPORÁRIO	
FUSETA	Escola Primária da Fuseta		40	Possui refeitório
	Polidesportivo EB1 Fuseta	60		Possui refeitório
	Parque de Campismo da Fuseta	840		Vedado, com espaço para montagem de tendas em grande número, com posto de socorros e balneários
	Polidesportivo frente ao Parque de Campismo da Fuseta	70		
MONCARAPACHO	Escola Dr. António Eusébio	100	100	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos pavimentado com a dimensão de um polidesportivo
	Polidesportivo da Escola Dr. António Eusébio	130		
	Pavilhão da Escola Dr. António Eusébio	145		
	Escola Dr. João Lúcio	110	110	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos (polidesportivo) pavimentado
	Pavilhão da Escola Dr. João Lúcio	110		
	Polidesportivo da Escola Dr. João Lúcio	115		
	Campo em terra na escola Dr. João Lúcio	40		



FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE (N.º DE PESSOAS)		OBSERVAÇÕES
		ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	ABRIGO TEMPORÁRIO	
MONCARAPACHO	Anfiteatro da Escola Dr. João Lúcio	60		
	Parque de Feiras e Mercados	700		
OLHÃO	Pavilhão CDO	80		
	Escola Dr. Alberto Iria	110	110	
	Pavilhão Desportivo da Escola Dr. Alberto Iria	55		Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos (polidesportivo) pavimentado
	Pavilhão da Escola Dr. Alberto Iria	55		
	Polidesportivo da Escola Dr. Alberto Iria	200		
	Escola Dr. Francisco Fernandes Lopes	195	195	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos pavimentado de dimensão superior a um campo de futebol
	Pavilhão da Escola Dr. Francisco Fernandes Lopes	80	80	
	Polidesportivo da Escola Dr. Francisco Fernandes Lopes	260		
	Escola Primária da Cavalinha – EB1 n.º 3		55	Possui refeitório e cozinha
	Polidesportivo da Cavalinha – EB1 n.º 3	20		
	Escola Primária do Largo da Feira – EB1 n.º 1 e 2		90	Possui refeitório e cozinha
Polidesportivo da Escola Primária do Largo da Feira – EB1 n.º 1 e 2	85			
Estádio José Arcanjo - SCO	470			

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE (N.º DE PESSOAS)		OBSERVAÇÕES
		ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	ABRIGO TEMPORÁRIO	
OLHÃO	Campo de Futebol de 11 José Arcanjo	400		
	Parque Subterrâneo do Auditório Municipal	475		
	Parque Subterrâneo do Levante	345		
	Parque de Feiras e Mercados	1450		
PECHÃO	Campo de Futebol de Pechão	400		
	Estádio Municipal	860		
	Pavilhão Municipal	80		
	Polidesportivo de Pechão	65		
QUELFES	Escola Dr. José Carlos da Maia	80	80	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos pavimentado com a dimensão de um polidesportivo
	Pavilhão da escola Dr. José Carlos da Maia	75		
	Polidesportivo da escola Dr. José Carlos da Maia	130		
	Escola João da Rosa	140	140	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos pavimentado com a dimensão de um polidesportivo
	Pavilhão da escola João da Rosa	165		
	Polidesportivo da escola João da Rosa	40		
	Escola Paula Nogueira	150	150	Possui refeitório, pavilhão gimnodesportivo e campo de jogos pavimentado com dimensão de polidesportivo
	Pavilhão da escola Paula Nogueira	50		

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	CAPACIDADE (N.º DE PESSOAS)		OBSERVAÇÕES
		ZONA DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	ABRIGO TEMPORÁRIO	
QUELFES	Polidesportivo da Paula Nogueira	120		
	Escola Primária (campo de futebol) EN 125 – EB 1 n.º 4		35	
	Polidesportivo da Escola primária (campo de futebol) EN 125 - EB 1 n.º4	55		
	Escola Primária do Bairro 28 Setembro – EB1 n.º 5		30	
	Escola Primária do Bairro dos Pescadores – EB1 n.º 6		80	
	Polidesportivo da Escola do Bairro dos Pescadores – EB1 n.º 6	70		Possui refeitório e cozinha
	Pavilhão Gimnodesportivo GCO	80		
	Campo futebol terra Quelfes	340		
	Polidesportivo de Quelfes	70		
	Parque de Feiras e Exposições	830		
	Parque de Campismo dos Bancários do Sul			
	Pré-fabricados	200		Vedado, com espaço para montagem de grande número de tendas, com residências temporárias (pré-fabricados), com posto de socorros e balneários
	Área destinada a acampamento - tendas	260		
	Área destinada a caravanismo	880		
	Área destinada a acampamento alvéolos	1385		

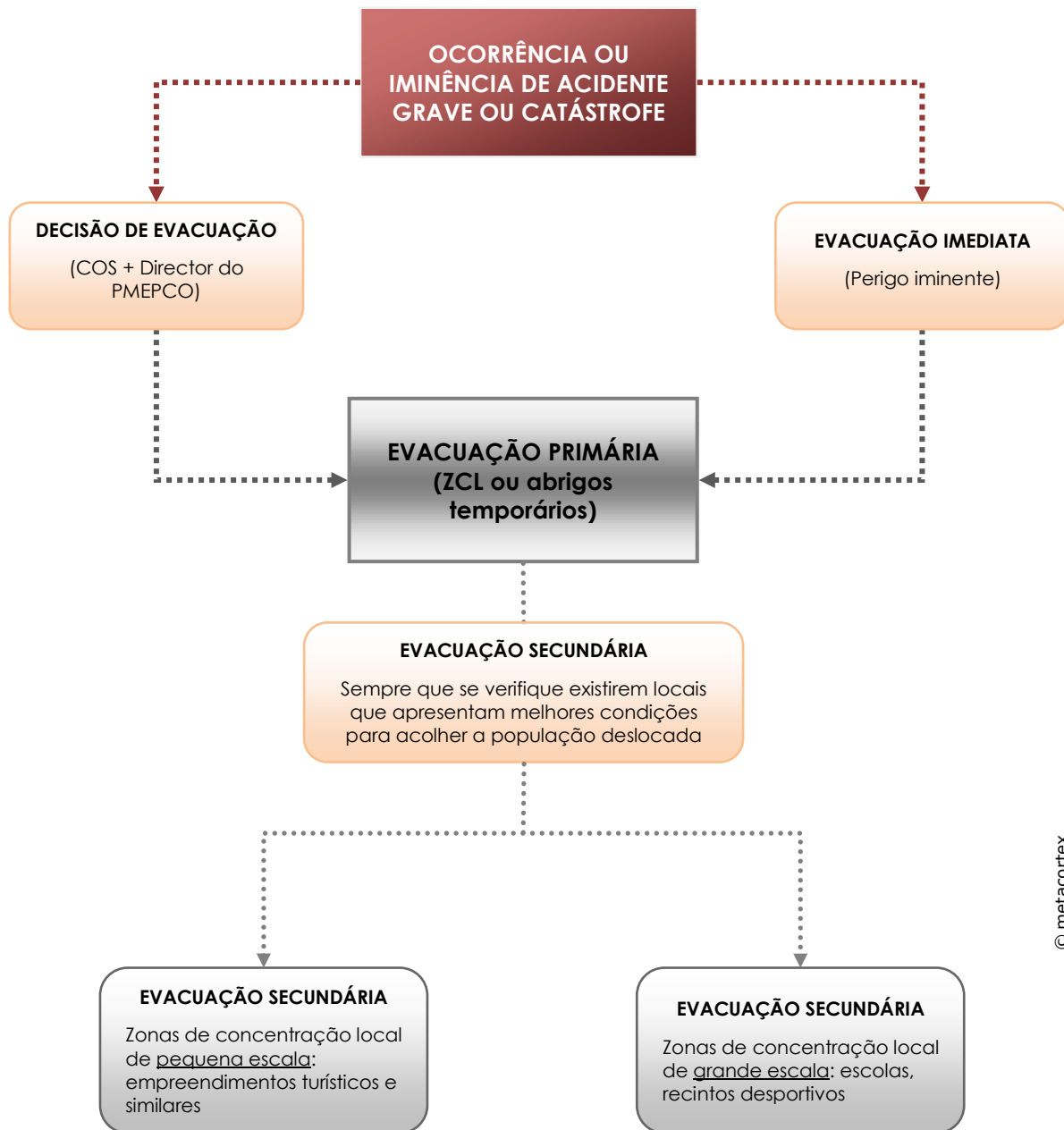
Convém sublinhar que será boa prática evitar, na medida do possível, realojar a população em escolas (apenas se deverá recorrer aos pavilhões destas), uma vez que uma das prioridades das acções de emergência será precisamente proceder à sua operacionalização, de modo a poderem acolher a população escolar e, assim, permitir que os pais se encontrem disponíveis para as acções de emergência e/ou reabilitação.

Relativamente às ZCL importa ainda diferenciar as que darão resposta a emergências de pequena escala, onde será necessário garantir o alojamento temporário de um número relativamente reduzido de população, das que deverão ser usadas para acolher um elevado número de população deslocada. No primeiro caso deverá recorrer-se preferencialmente a **empreendimentos turísticos** e, no segundo, **pavilhões ou campos desportivos** (ver Secção III - da Parte IV), ou mesmo grandes espaços abertos onde se organizarão campos de deslocados.

De salientar ainda a particularidade dos alertas de tsunami, e a resposta específica que os mesmos exigirão. Sempre que se verificar a possibilidade de ocorrência de tsunami (no caso de ocorrência de sismo de grande intensidade com epicentro em leito oceânico) será sempre uma boa política evacuar as zonas próximas da costa para altitudes superiores a 15 metros ou distâncias superiores a 500 metros da costa.

Na Figura 4 resumem-se esquematicamente os procedimentos de evacuação previstos para o concelho de Olhão. Após controlada a situação de acidente grave ou catástrofe, a população deslocada deverá ser reconduzida à sua área de residência ou para casa de familiares. Quando nenhuma dessas opções for possível deverá ponderar-se encaminhar a população deslocada para empreendimentos turísticos, ou prolongar a permanência nos mesmos, caso a população deslocada já se encontre nesse tipo de instalações.

Importa esclarecer que para além da evacuação das áreas em risco há que considerar as evacuações médicas a serem coordenadas pelo INEM. Estas poderão igualmente compreender duas fases: uma primeira onde os feridos são deslocados para instalações de apoio temporário, como hospitais de campanha, e uma segunda, onde os feridos são transportados de locais de apoio temporário para as unidades hospitalares finais. Estes procedimentos encontram-se definidos no ponto relativo aos serviços médicos e transporte de vítimas.



© metacortex

Figura 4. Procedimentos de evacuação

Um elemento fundamental para se garantir a máxima eficiência nos procedimentos de evacuação relaciona-se com a definição e utilização de itinerários de evacuação. Estes deverão garantir não só a máxima rapidez de deslocação das forças de socorro (agentes de protecção civil e entidades de apoio), como dar fortes garantias de se encontrarem desobstruídos de destroços ou viaturas.

O acesso a estes itinerários deverá ser controlado pelas forças de segurança do concelho. Estas poderão ser auxiliadas pelas entidades de apoio, as quais deverão identificar as zonas que foram afectadas pelo fenómeno (destroços ou viaturas acidentadas) e informar as forças de segurança de modo a estas definirem percursos alternativos.

No Mapa 33 (Secção II – Parte IV) são identificados os itinerários primários de evacuação (IPE) do concelho de Olhão, assim como a localização das principais ZCL e abrigos temporários. Os principais elementos considerados para a definição dos itinerários primários de evacuação do concelho foram o tipo de via (características e velocidade de circulação), considerando-se principalmente as EN e EM e a sua proximidade às povoações, ZCL e praias, de modo a maximizar a rapidez das acções de emergência e evacuação em caso de acidente grave ou catástrofe e minimizar possíveis obstruções.

Com a integração no mesmo mapa dos IPE, ZCL e abrigos temporários pretende-se facilitar o processo de avaliação conjunta da rede viária que deverá ser usada em caso de emergência e potenciais vias alternativas, bem como da proximidade destas à população deslocada. Na Tabela 9 apresenta-se a organização e os procedimentos de evacuação.

Tabela 9. Procedimentos de evacuação

PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> - Forças de segurança: GNR, PSP e/ou Autoridade Marítima Local (cada uma nas respectivas áreas sob sua jurisdição)</p> <p><b>Substituto</b> - uma vez que estas acções envolverão necessariamente forças de segurança não se indica outra entidade em sua substituição</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juntas de freguesia</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolas do concelho</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 554</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação de Escoteiros de Portugal</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ REFER</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CP - Comboios de Portugal</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa - delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empreendimentos turísticos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de transporte de passageiros</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IPSS que actuam no concelho</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Restaurantes</li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orientar e coordenar as operações de movimentação das populações, designadamente as decorrentes das evacuações.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Difundir junto das populações avisos de evacuação, por via directa (pessoalmente) ou através de megafone, ao ainda através da comunicação social.</li> </ul>	

## PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

- Operacionalizar Zonas de Concentração Local (ZCL).
- Definir itinerários primários de evacuação (IPE).
- Garantir o controlo das vias de circulação de modo a não afectarem as movimentações das forças de intervenção e da população deslocada.
- Garantir uma rápida, ordeira e segura deslocação da população afectada.
- Controlar o acesso às zonas afectadas, às ZCL e aos abrigos temporários.

## INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. A evacuação deverá ser proposta pelo COS e validada pelo director do PMEPCO.
2. A orientação da evacuação e a coordenação da movimentação das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança (nas zonas sob sua jurisdição). No caso do transporte ferroviário a coordenação, comando e controlo da circulação competirá à REFER.
3. As forças de segurança apoiam-se no Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão e no SMPC.
4. Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deverá ser reencaminhado pelas Forças de Segurança do concelho, as quais poderão criar barreiras de encaminhamento de tráfego.
5. O Posto de Comando Operacional, com o apoio da CMPC, elabora com urgência máxima, um plano de evacuação do qual deverá constar a zona a evacuar, o tempo dentro do qual a evacuação deve estar terminada, a estimativa do número de deslocados, o método de aviso à população, os meios de transporte para os deslocados, as instalações a serem usadas como abrigo temporário (locais seguros próximos da zona a evacuar) ou como ZCL (locais para acolhimento da população) e as vias através das quais a população deverá ser direccionada (IPE).
6. A definição das ZCL a utilizar terá por base as instalações que se encontram disponíveis operacionalmente para acolher a população deslocada e que melhor cumprem os requisitos necessários para garantir o seu bem-estar.
7. Deverá evitar-se recorrer a escolas (embora se possam recorrer às suas instalações desportivas) de modo a não impedir a sua operacionalização (uma das acções prioritárias será a operacionalização das escolas de modo a permitir que os pais se encontrem disponíveis para apoiar as acções de emergência/reabilitação).
8. Caso se opte por recintos a descoberto deverá garantir-se que existe o número suficiente de tendas para acolher a população deslocada.
9. Nas evacuações primárias deverá recorrer-se apenas aos Itinerários primários de evacuação definidos. Nas evacuações secundárias deverá recorrer-se preferencialmente aos itinerários primários de evacuação.
10. A GNR e PSP deverão fazer chegar ao local reboques para remover eventuais viaturas que se encontrem a obstruir os itinerários a recorrer na evacuação.



## PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

11. As forças de segurança do concelho procedem de imediato à constituição de um perímetro de segurança através do corte de trânsito e ao desimpedimento de vias que se encontrem obstruídas por viaturas (fazer imediatamente à chegada ao local o levantamento dos acessos que apresentam constrangimentos).
12. Informar a população da necessidade de evacuação recorrendo a megafones ou pessoalmente pelas forças de segurança presentes no local.
13. As forças de segurança, apoiando-se no BMO, deverão desencadear as operações de evacuação mantendo permanentemente actualizado o registo das habitações/ruas evacuadas.
14. As entidades envolvidas no processo de evacuação deverão avisar a população para a necessidade de trazerem consigo a sua documentação e medicamentos.
15. Disponibilizar meios de transporte para a população que não possua transporte próprio. As forças de segurança poderão solicitar apoio à CMPC. Caso as entidades que compõem a CMPC não possuam viaturas adequadas ou em número suficiente, a CMO procede ao aluguer de viaturas de transporte recorrendo aos meios identificados no PMEPCO (Secção III – Parte IV).
16. O BMO e a CMO garantem o esforço de remoção e salvaguarda de alguns bens pessoais da população deslocada cujas habitações se encontram em maior risco.
17. Deverá, na medida do possível, reduzir-se ao mínimo o número de ZCL de modo a evitar a replicação de emergências em pequena escala (transportes e dispositivos logísticos). Por outro lado, em situações de acidente grave ou catástrofe que envolvam evacuações de grande escala, a capacidade de pequenos núcleos de realojamento ficarão esgotadas, pelo que a melhor opção poderá passar pela criação de campos de deslocados. Estas infra-estruturas, uma vez operacionalizadas, dispõem de capacidade para fornecer alimentos, agasalhos e condições de higiene para um elevado número de deslocados.
18. As forças de segurança do concelho acompanham e escoltam a população ao longo do percurso de forma a garantir a manutenção da ordem na movimentação. Caso se considere necessário, deverão instalar-se Postos de Controlo de Tráfego (PCT) por parte das forças de segurança do concelho, para que a zona afectada seja evacuada mais rapidamente.
19. As forças de segurança do concelho acompanham e orientam a população que se desloque através de viaturas próprias para as ZCL (a utilização de viaturas próprias deverá ser restringida uma vez que dificultará o controlo do tráfego no Teatro de Operações e nos itinerários de evacuação).
20. As forças de segurança indicam à população que possui viaturas próprias se o local para onde se pretendem dirigir (habitação de familiares ou amigos) poderá ser alcançado em segurança (e através de que vias), ou se será mais prudente dirigirem-se para uma ZCL.
21. Fazer chegar à zona a evacuar, como medida de precaução, uma equipa de emergência médica para prestar apoio a feridos resultantes da ocorrência ou da movimentação da população (possibilidade de atropelamentos devido ao pânico gerado).
22. Proceder à desobstrução dos acessos à população a evacuar (caso existam). Caso verifique ser necessário, a CMO mobilizará maquinaria para este efeito.
23. As forças de segurança do concelho coordenam o controlo de acessos à zona sinistrada.

### PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

24. Para cada ZCL a ser operacionalizada deverá ser definido pela CMPC o responsável pela mesma. Os responsáveis pela coordenação das acções de apoio à população nas ZCL deverão ser seleccionados de entre o universo dos técnicos do Serviço da Divisão de Acção Social (CMO), do ISS e das IPSS do concelho.
25. Garantir que o responsável por cada ZCL possui meios de comunicação em permanência com o Comandante Operacional Municipal (a CMPC deverá avaliar a disponibilidade de equipamentos de comunicação que poderão ser disponibilizados para o efeito).
26. Fazer chegar à zona a evacuar ou às ZCL's, equipas de identificação e de apoio a carências ou necessidades da população (alimentos, agasalhos, alojamento, apoio psicológico e médico) através do SMPC e IPSS do concelho.
27. Identificar os deslocados, através do preenchimento de uma ficha com a listagem de apoios que cada pessoa recebeu (alimentos, agasalhos, alojamento, apoio psicológico e médico: Secção III -Parte IV). Esta acção será realizada pelo técnico da entidade que ficar responsável pelo apoio logístico à população deslocada em cada ZCL (ISS, IPSS e CMO). Esta informação deverá ser disponibilizada à Autoridade de Saúde do Município.
28. Garantir a ligação permanente entre as ZCL, os abrigos temporários e o Gabinete de Apoio à Presidência, de forma a facilitar a localização de pessoas e os contactos familiares (a CMPC deverá avaliar a disponibilidade de equipamentos de comunicação que poderão ser disponibilizados para o efeito).
29. A CMPC deverá organizar a lista de pessoal a contactar (por exemplo elementos das IPSS e/ou Cruz Vermelha Portuguesa; ver Ponto 2,2) para garantir as necessidades básicas da população deslocada (alimentação, agasalhos e higiene). Ter em especial atenção a presença de crianças de colo, grávidas, deficientes e idosos.
30. A CMPC deverá proceder à disponibilização de camas e/ou colchões.

### EVACUAÇÃO DE PRAIAS E ZONAS COSTEIRAS

1. A Autoridade Marítima Local coordena as acções de evacuação nos espaços sob sua jurisdição.
2. No caso de evacuação da população das ilhas-barreira da Ria Formosa, por via fluvial, a Autoridade Marítima Local disponibilizará embarcações para as evacuações (eventualmente, em caso de incapacidade de resposta, poderá recorrer a empresas de transporte fluvial).
3. Em caso de alerta de tsunami, ou sempre que o sismo apresente uma intensidade igual ou superior a VII (escala de Mercalli) deverá proceder-se à evacuação das zonas próximas da costa até altitudes de cerca de 15 metros ou distâncias superiores a 500 metros da costa.
4. Dado que a onda poderá chegar à costa cerca de 30 minutos após o sismo (caso o epicentro tenha ocorrido a Sudoeste do Cabo de S. Vicente), será fundamental que esta evacuação se proceda o mais rapidamente possível e de forma ordeira. Para tal, os agentes de protecção civil que se encontrem mais próximos destes locais deverão de imediato deslocar-se para os mesmos e garantir que a população que aí se encontra se desloca para locais seguros.
5. No caso específico do concelho de Olhão, deverá proceder-se ao aviso da população (recorrendo aos meios previstos na Parte IV - Secção I), indicando que esta se deve afastar da proximidade do mar e da Ria Formosa, dirigindo-se, se possível, para as zonas a Norte do concelho, ou para os últimos pisos dos edifícios em que se encontram ou dos mais distantes do mar e da Ria Formosa a que poderão chegar em tempo útil.

## 6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Em caso de acidente grave ou catástrofe, a segurança das operações de emergência e a manutenção da ordem pública é garantida pelas forças de segurança presentes no concelho. A resposta das forças de segurança variará mediante a natureza e efeitos previstos ou verificados do acidente grave ou catástrofe. As acções a desenvolver pelas forças de segurança poderão consistir no controlo do acesso ao teatro de operações, apoio às entidades responsáveis por cuidados médicos, apoio à população afectada, protecção de infra-estruturas sensíveis, patrulhamento do concelho, e articulação com outros serviços de investigação criminal, ou mesmo entidades ligadas à área da segurança como empresas privadas de segurança.

Os vários agentes e entidades previstos no âmbito do PMEPCO deverão actuar articuladamente de modo a alcançar determinados objectivos comuns, como a conservação do maior número de vidas, o impedimento do agravamento do desastre e a minimização de prejuízos. Na Tabela 10 indicam-se as entidades responsáveis pela coordenação da manutenção da ordem pública, as entidades intervenientes, as prioridades de acção e os procedimentos e instruções de coordenação

Tabela 10. Procedimentos para a manutenção da ordem pública

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
<p><b>Responsável</b> - Forças de segurança: Forças de segurança: GNR, PSP e/ou Autoridade Marítima Local (cada uma nas respectivas áreas sob sua jurisdição)</p> <p><b>ENTIDADE COORDENADORA</b></p> <p><b>Substituto</b> - uma vez que estas acções envolverão necessariamente forças de segurança não se indica outra entidade em sua substituição</p>	
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão (SMPC)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas de segurança privada</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a manutenção ou restauração da ordem pública em situações de distúrbios, pânico e tensões internas.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar o acesso de pessoas e veículos ao Teatro de Operações.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar acessos nos itinerários de socorro.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proteger os bens pessoais, impedindo roubos e pilhagens.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a segurança de infra-estruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de protecção civil (tais como instalações de agentes de protecção civil, unidades de saúde ou Zonas de Concentração Local e os abrigos temporários de população deslocada).</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar e orientar o tráfego.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar o acesso a zonas sinistradas.</li> </ul>	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	
SEGURANÇA PÚBLICA	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A manutenção da ordem pública é competência primária das forças de segurança.</li> </ol>	

### MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

2. As forças de segurança, de acordo com as respectivas áreas sob sua jurisdição, para além de garantirem a segurança no(s) teatro(s) de operações, na deslocação das populações afectadas, nas Zonas de Concentração Local, nos locais de abrigo temporário e noutras instalações consideradas sensíveis, deverão ter previstas acções de patrulhamento no concelho, de modo a garantir a segurança da população (evitar alterações da ordem pública).
3. As instalações sensíveis cuja segurança deverá ser assegurada pelas forças de segurança deverão ser a Câmara Municipal de Olhão, as instalações dos agentes de protecção civil (Centro de Saúde de Olhão, GNR, PSP, BMO e instalações sob tutela da Autoridade Marítima Local), as ZCL e outras que se considerem necessárias. O controlo destes locais será efectuado através de acções de patrulhamento móvel.
4. A distribuição dos meios disponíveis nas forças de segurança do concelho pelas diferentes áreas de intervenção deverá ser comunicada à CMPC, de modo a que esta possa definir eventuais estratégias de supressão de carências (recurso a equipas de segurança privada, por exemplo).
5. As forças de segurança deverão proteger as áreas e propriedades abandonadas e/ou que sofreram colapso, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras actividades criminosas.
6. As zonas contendo instalações comerciais consideradas críticas (com bens essenciais para apoio à população) deverão ser alvo de patrulhamento sempre que os meios do dispositivo operacional assim o permitam, sendo útil considerar o recurso a empresas privadas da especialidade.
7. As forças de segurança poderão recorrer ao auxílio de empresas privadas de segurança para acções de protecção a instalações e infra-estruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de protecção civil. As empresas privadas de segurança poderão igualmente apoiar as acções de patrulhamento de zonas comerciais e zonas sinistradas (efeito dissuasor). Os elementos (vigilantes) de empresas de segurança privada deverão encontrar-se devidamente identificados e em permanente ligação com as forças de segurança.
8. As forças de segurança deverão apoiar as acções de outros agentes de protecção civil quando solicitado e sempre que tenham disponibilidade para tal.
9. As forças de segurança poderão pedir auxílio a outras entidades (como elementos do SMPC, por exemplo), para os auxiliarem em tarefas de vigilância e de encaminhamento da população deslocada para ZCL.
10. As forças de segurança controlam os acessos aos itinerários de socorro.
11. As forças de segurança deverão proceder à desobstrução das vias de socorro que se encontrem condicionadas por viaturas mal parquoadas.
12. As forças de segurança deverão ainda impedir agressões ambientais.
13. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras auxilia os agentes de protecção civil sempre que estes o solicitem e nas acções que envolvam população estrangeira.

## MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

### EXECUÇÃO DOS PERÍMETROS DE SEGURANÇA (TEATRO DE OPERAÇÕES)

1. O controlo do acesso às zonas de sinistro deverá ser efectuado apenas por uma entidade, ou seja, a cada zona sinistrada onde decorram acções de emergência, os acessos deverão preferencialmente ser controlados apenas por uma das forças de segurança do concelho (PSP, GNR ou Autoridade Marítima Local).
2. Os teatros de operações serão vedados recorrendo, na medida do possível e onde se considerar pertinente, a barreiras físicas, com controlo de acessos por parte das forças de segurança territorialmente competentes. Recorrer-se-á igualmente a patrulhamento dos teatros de operações e condicionamento do trânsito local.
3. Os elementos das forças de segurança permitem o acesso ao teatro de operações de viaturas de emergência e de protecção civil (ANPC/CDOS e SMPC) e a outras viaturas devidamente credenciadas.
4. As forças de segurança garantem a segurança das pessoas e bens das zonas afectadas.
5. As forças de segurança acompanham e controlam o acesso ao Teatro de Operações por parte de órgãos de comunicação social.

## 7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

De acordo com a Directiva Operacional Nacional n.º 1/2010 da Autoridade Nacional de Protecção Civil, **o INEM coordena todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações médicas primárias** (para zonas de triagem) **e secundárias** (para unidades de saúde), a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos de triagem. Isto é, deverá verificar-se em caso de emergência uma forte articulação entre o INEM (a quem compete coordenar as acções de saúde em ambiente pré-hospitalar), a autoridade local de saúde e o Centro de Saúde de Olhão de modo a maximizar a eficiência das operações. No Ponto 11 da Secção III – Parte IV encontra-se especificado o procedimento de triagem de feridos de acordo com o modelo START.

No concelho de Olhão, no que diz respeito a **serviços médicos**, importa destacar o papel que o Hospital de Faro (hospital de referência para o concelho de Olhão) poderá prestar em situações de acidente grave ou catástrofe que envolvam um elevado número de vítimas e em caso de necessidade poderá recorrer-se ao Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio. Para além dos meios do concelho (os quais se encontram compilados na Secção III - Parte IV), esta estrutura pode, em caso de necessidade, ser reforçada com postos de socorro e triagem montados pelo INEM, Forças Armadas, Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão, articulando-se, em caso de necessidade, com delegações vizinhas), em colaboração com o Centro de Saúde de Olhão e Delegado de Saúde. Desta forma será possível garantir uma assistência pré-hospitalar à população afectada.

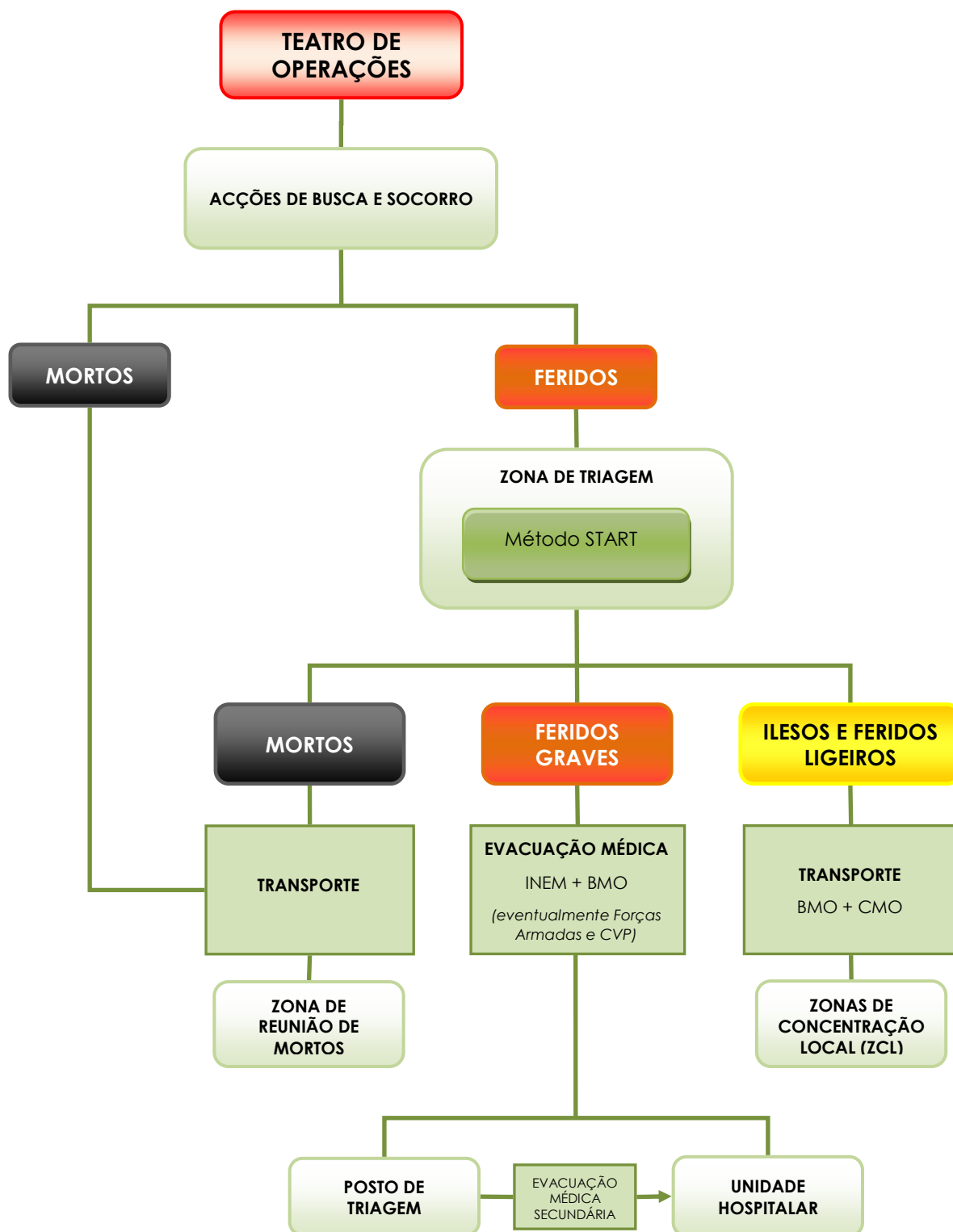
A estrutura de saúde no concelho assenta no Centro de Saúde de Olhão, o qual conta com cinco extensões (identificados na Secção III - Parte IV), sendo que os meios materiais e humanos dos mesmos poderão prestar apoio em situações de acidente grave ou catástrofe (poderão apoiar as acções do INEM). Em caso de necessidade, os serviços de saúde pública poderão ser complementados por serviços de saúde privados e farmácias (Secção III – Parte IV) ou pela Cruz Vermelha Portuguesa.

No que respeita ao **transporte de vítimas**, esta actividade será igualmente coordenada pelo INEM, o qual recorrerá a meios próprios, podendo no entanto apoiar-se nos meios de outras entidades, nomeadamente: o Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão (e corpos de bombeiros de concelhos vizinhos) e as Forças Armadas e a Cruz Vermelha Portuguesa. Todas estas entidades que operam a nível distrital e/ou municipal ficarão responsáveis por apoiar o INEM, quando solicitado, nas acções de serviços médicos e transportes de vítimas em caso de emergência. O INEM deverá articular-se com o sistema nacional de protecção civil para accionar meios adicionais de apoio, nomeadamente através do CDOS, a nível distrital, e através da CMPC a nível municipal. A Figura 5 resume os procedimentos de evacuação médica previstos para o PMEPCO.

Em caso de activação do PMEPCO poderão verificar-se dois cenários:

- **Cenário 1** - a magnitude do evento não obriga à criação de um posto de triagem, sendo os feridos deslocados directamente do teatro de operações para unidades hospitalares (acção coordenada pelo INEM apoiando-se ou não nas estruturas de saúde do concelho);
- **Cenário 2** - o INEM, em coordenação com a Autoridade de Saúde do município, tem de criar um posto de triagem (os quais poderão ser as instalações dos centros de saúde) para os encaminharem para as unidades de saúde mais indicadas os indivíduos que apresentem apenas ferimentos ligeiros e para estabilizar os feridos graves que posteriormente serão transportados (de acordo com a disponibilidade de meios) para unidades hospitalares (evacuação médica secundária).





Fonte: Adaptado de ANPC (2009) – PEERS-AML-CL

Figura 5. Procedimentos de evacuação médica

**Tabela 11. Procedimentos para os serviços médicos e transporte de vítimas**

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> – INEM</p> <p><b>Substituto</b> – Autoridade de saúde concelhia</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (hospital alternativo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro, EPE (hospital de referência)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fusefa, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto <b>de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro</b></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caso se verifique necessário, assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de triagem onde se processarão as acções de triagem secundária.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caso se verifique necessário, assegurar a montagem, organização e funcionamento de hospitais de campanha.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar um sistema de registo de vítimas desde o Teatro de Operações até à Unidade de Saúde de destino.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organizar o fornecimento de recursos médicos.</li> </ul>	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nos teatros de operações são posicionados meios móveis do INEM para apoio imediato às acções de socorro.</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>2. A triagem primária, realizada no local afectado pelo acidente grave ou catástrofe, é competência do INEM e Corpos de bombeiros envolvidos nas operações.</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>3. O INEM e o BMO prestam os primeiros socorros às vítimas que se encontrem nas zonas afectadas pelo acidente grave ou catástrofe.</li> </ol>	

### SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

4. No caso da população das ilhas-barreira da Ria Formosa os serviços médicos e transporte de vítimas serão assegurados pelo INEM em colaboração com a Autoridade Marítima Local.
5. O INEM determina os hospitais para onde deverão ser transportados os feridos ligeiros e graves.
6. Caso o INEM verifique a necessidade de se activar uma zona de triagem, deverá ter em consideração os meios disponíveis no concelho, articulando-se para tal com a Autoridade de Saúde do município.
7. As forças de segurança do concelho controlam o acesso e garantem a segurança dos postos de triagem.
8. A localização das zonas de triagem é feita pelo INEM apoiando-se nas restantes entidades de saúde do concelho, devendo encontrar-se tão perto quanto possível das zonas mais afectadas, respeitando as necessárias distâncias de segurança.
9. No concelho de Olhão não existem áreas com um nível de risco que justifique a definição *a priori* de zonas de triagem. No entanto, será uma boa prática considerar para colocação de postos de triagem, zonas próximas do sinistro que sejam amplas, planas e de fácil acesso, como os campos de futebol, os quais se encontram identificados na Tabela 8 e no Mapa 33.
10. As instalações do Centro de Saúde e suas extensões poderão igualmente ser usadas para acções de triagem de feridos, nas situações em que o acidente grave tenha ocorrido na proximidade da cidade de Olhão.
11. A triagem multi-vítimas deverá basear-se na metodologia START sempre que a zona afectada apresente um número muito elevado de vítimas (superior a 25).
12. As Forças Armadas colaboram, na medida das suas disponibilidades, na prestação de cuidados de saúde de emergência.
13. O INEM, apoiando-se nas unidades de saúde locais, deverá garantir o registo das vítimas desde o teatro de operações, passando pelos postos de triagem ou hospitais de campanha até às unidades hospitalares. Este registo deverá manter-se permanentemente atualizado e ser disponibilizada ao Diretor do PMEPCO.
14. A autoridade de saúde, em articulação com o INEM, Centro de Saúde de Olhão e Hospital de Faro, deverá inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes.
15. As estruturas de saúde poderão recorrer a entidades de apoio como o Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão, entre outros.
16. O transporte de vítimas é coordenado pelo INEM, o qual recorre a meios próprios, podendo no entanto apoiar-se nos meios de outras entidades, nomeadamente: o Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão (e corpos de bombeiros de concelhos vizinhos), a Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão) e Forças Armadas.
17. O INEM deverá articular-se com o sistema nacional de protecção civil para accionar meios adicionais de apoio (essencialmente meios de acção médica e de transporte de vítimas), nomeadamente através do CDOS, a nível distrital, e através da CMPC a nível municipal. A ligação entre o INEM e a CMPC deverá ser efetuada através da Autoridade de Saúde do Município.
18. O encaminhamento de vítimas ligeiras para as unidades de saúde de retaguarda (centro de saúde e extensões de saúde), será coordenado pela Autoridade de Saúde do Município.

### SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

19. O transporte da população que apresente ferimentos ligeiros ou que se encontra ileso é coordenado pela CMPC (transporte para as respectivas residências ou para ZCL; ver procedimentos de evacuação).
20. Caso o INEM se encontre impossibilitado de fazer chegar ao concelho equipas de emergência médica, as acções previstas para aquela entidade são assumidas pelos serviços de saúde do concelho (Centro de Saúde de Olhão) em articulação com a autoridade de saúde local.
21. As necessidades básicas das pessoas que se encontram ao cuidado das estruturas de saúde (água, alimentação, cuidados sanitários, etc.) são da responsabilidade das respectivas entidades. Estas poderão pedir apoio nesta matéria ao Director do PMEPCO.
22. Caso mostre ser necessário, a Autoridade de Saúde do município, em articulação com a CMPC, deverão mobilizar as farmácias para apoio e auxílio às actividades de assistência médica.
23. As entidades responsáveis pela prestação de cuidados médicos à população estabelecem e coordenam as acções que visem o controlo de doenças transmissíveis.
24. A autoridade de saúde deverá recorrer aos meios disponíveis através da CMPC para difundir junto das populações, caso seja considerado necessário, recomendações de carácter sanitário (ver Ponto 4).

### SERVIÇOS DE SAÚDE PARA AS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

1. Em caso de acidente, os elementos envolvidos nas acções de socorro recorrerão às equipas do INEM presentes no teatro de operações.
2. Caso a dimensão da situação assim o exija, e se verifique disponibilidade operacional para tal, caberá ao INEM criar postos de triagem e socorro, os quais prestarão os primeiros socorros à população afectada e a elementos das forças de intervenção.
3. A Autoridade de Saúde do Município deverá disponibilizar na Zona de Concentração e Reserva do Teatro de Operações serviços de cuidados médicos para pequenos ferimentos que não necessitem de apoio hospitalar. Para esta acção, para além dos meios de saúde disponíveis e mobilizáveis, poderá recorrer-se a entidades de apoio como Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão).
4. As estruturas previstas nos dois pontos anteriores poderão ser reforçadas por infra-estruturas privadas ou militares, mediante as necessidades e disponibilidade verificadas, em articulação com a CMPC.
5. Em caso de ferimentos graves deverá recorrer-se à rede de saúde existente no concelho e à rede hospitalar de concelhos vizinhos.

### ACOMPANHAMENTO MÉDICO DA POPULAÇÃO DESLOCADA

1. A Autoridade de Saúde do município avalia a necessidade de se prestar apoio psicológico à população deslocada, principalmente aos elementos mais jovens, idosos, deficientes e no caso de terem ocorrido vítimas mortais, a elementos que perderam familiares. Os psicólogos necessários para esta tarefa serão disponibilizados pelo INEM e Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro (ver Ponto 7.1).
2. A distribuição de medicamentos pela população deslocada será responsabilidade da Autoridade de Saúde do município, coordenando-se com a CMPC.

## 7.1 Apoio psicológico

O apoio psicológico poderá ser prestado tanto a vítimas como a familiares das mesmas ou a agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio envolvidos nas acções de emergência. O apoio psicológico será prestado por psicólogos, sendo que numa primeira fase as acções deverão ser coordenadas pelo INEM, o qual se apoiará no serviço da Divisão de Acção Social da CMO e no Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro para as acções apoio continuado. Para além da disponibilização de psicólogos deverá estar prevista a actuação de párocos e representantes de outras religiões.

Na Tabela 12 identificam-se as acções a serem implementadas de modo a se prestar o apoio necessário à população e a elementos intervenientes nas acções de emergência.

**Tabela 12. Procedimentos para o apoio psicológico**

APOIO PSICOLÓGICO	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<b>Responsável (apoio imediato)</b> – INEM
	<b>Substituto (apoio imediato)</b> – Câmara Municipal de Olhão
	<b>Responsável (apoio de continuidade)</b> - Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro
	<b>Substituto (apoio de continuidade)</b> - Câmara Municipal de Olhão
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fuseia, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Párocos e representantes de outras religiões</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro, EPE (hospital de referência)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (hospital alternativo)</li> <li>▪ IPSS que actuam no concelho</li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas e seus familiares.</li> <li>▪ Assegurar o apoio psicológico aos agentes de protecção civil e dos organismos e entidades de apoio que intervieram nas operações de emergência.</li> <li>▪ Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCL e nos abrigos temporários.</li> <li>▪ Em caso de necessidade accionar zonas de acolhimento dedicadas em exclusivo a prestar apoio psicológico a vítimas.</li> </ul>	
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O INEM é a entidade responsável por prestar o apoio psicológico imediato às vítimas, apoiando-se posteriormente no Instituto de Segurança Social para prestar apoio psicológico nas ZCL e nos abrigos temporários. O apoio psicológico de continuidade é responsabilidade do Instituto de Segurança Social.</li> <li>2. O apoio psicológico às vítimas e seus familiares, assim como aos familiares das vítimas mortais aquando da entrega de cadáveres, será realizado nas ZCL e nos abrigos temporários ou em instalações próprias activadas para o efeito.</li> </ol>	

### APOIO PSICOLÓGICO

3. O apoio psicológico aos agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio envolvidos nas acções de emergência é responsabilidade primária das respectivas entidades. Em caso de insuficiência, ou ausência de meios de apoio, este será garantido por psicólogos disponibilizados pelo Instituto de Segurança Social em instalações apropriadas para o efeito.
4. As acções de apoio psicológico para os agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações de emergência serão efectuadas após controlada a situação de acidente grave ou catástrofe.
5. Os agentes de protecção civil e os organismos e entidades que disponham de psicólogos disponíveis para apoiar o INEM deverão indicá-lo.
6. O apoio psicológico de continuidade a realizar principalmente nas Zonas de Concentração Local, é coordenado pelo Instituto de Segurança Social, podendo este ser apoiado por psicólogos da Câmara Municipal, Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão) e IPSS que actuam no concelho. O apoio prolonga-se pela fase de reabilitação (pós-emergência).
7. Os párocos e representantes de outras religiões apoiam as acções de apoio psicológico coordenadas pelo INEM e Instituto de Segurança Social.
8. Deverá estar prevista a actuação de psicólogos ao serviço do INEM ou Instituto de Segurança Social nos principais locais de culto do concelho para apoiar familiares das vítimas.

## 8. SOCORRO E SALVAMENTO

No concelho de Olhão, as entidades terrestres existentes para dar resposta a operações de busca, socorro e salvamento são o Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão, a GNR, a PSP e a Autoridade Marítima Local e o INEM. Quando se tratarem de ocorrências envolvendo acidentes marítimos os meios serão coordenados pela Autoridade Marítima Local.

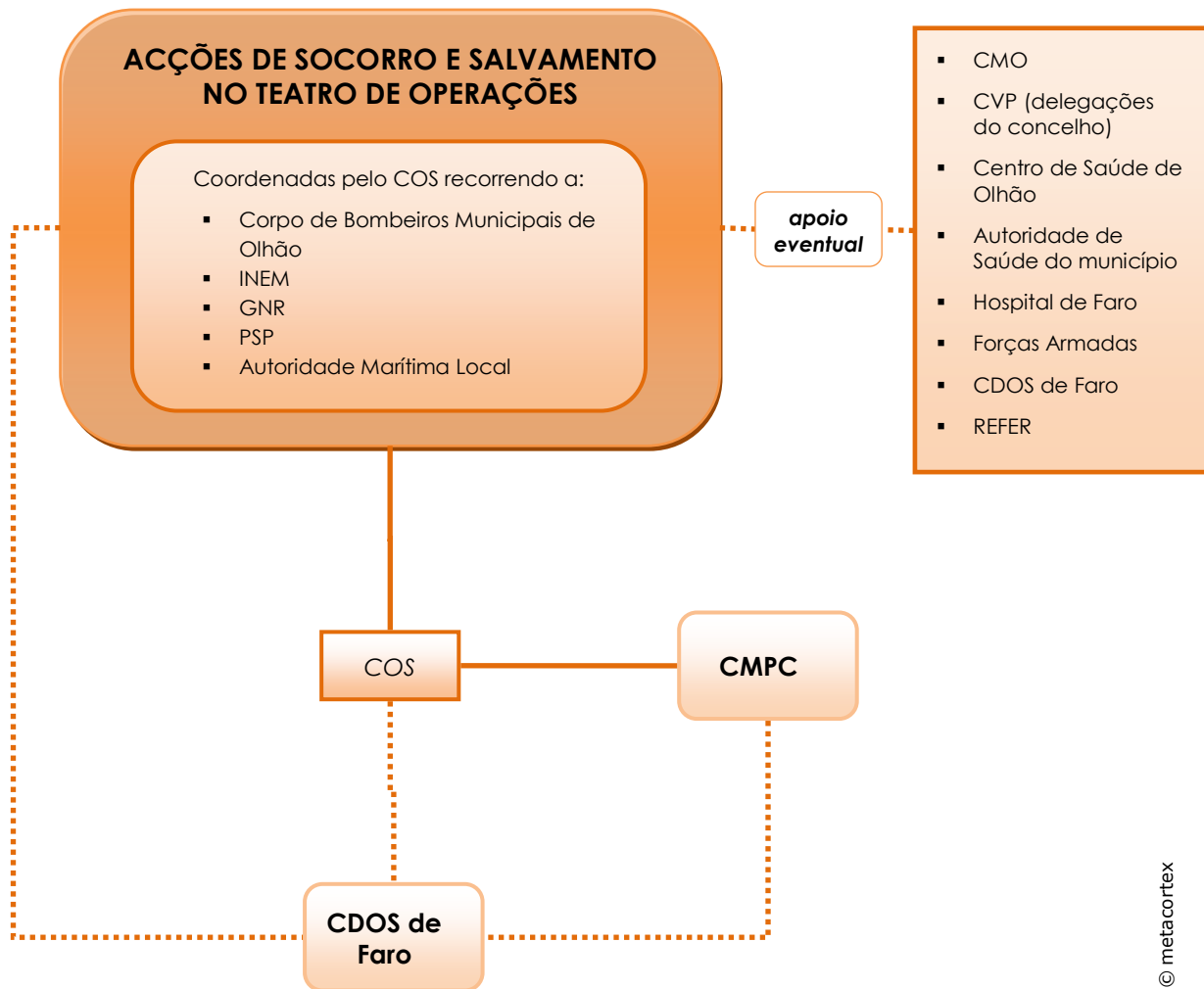
No Mapa 34 (Secção II – Parte IV) identifica-se o tempo esperado na deslocação das forças de socorro a partir do quartel do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão, podendo-se observar que praticamente toda a área do concelho poderá ser alvo de intervenção em menos de 15 minutos, valor que mostra ser bastante razoável, não sendo por esta via que a população se encontra mais vulnerável.

De salientar que no Mapa 34 foi considerada toda a rede viária do concelho, pelo que em caso de obstrução de vias por destroços, os tempos de intervenção poderão ser superiores ao previsto. Este aspecto chama pois a atenção para importância de se desenvolverem acções de informação à população sobre medidas de autoprotecção a adoptar face a ocorrência de diferentes tipos de risco, de modo a mitigar os efeitos dos eventos até se dar a intervenção das forças de socorro. Na eventualidade de serem necessários meios aéreos o apoio poderá ser prestado pelo aeroporto de Faro e, eventualmente, pelos Centros de Meios Aéreos de Cachopo e Loulé.

No caso de serem necessários serviços de busca e salvamento na costa litoral portuguesa (ou em outras áreas de responsabilidade da Autoridade Marítima) os agentes de protecção civil devem informar a Autoridade Marítima Local e o CDOS. Conforme previsto no Artigo 32º do Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho, caberá ao CDOS de Faro alertar o CNOS, de modo a que o CCON articulado com o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (CCBSM) coordene todas as acções necessárias à intervenção (Figura 6). Procedimento semelhante deverá ser adoptado no caso de ocorrência ou iminência de acidentes com aeronaves. Neste caso, os agentes de protecção civil devem informar o CDOS, e este o CNOS, para que o CCON com o apoio do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo (CCBSA) coordene as acções da assistência e/ou socorro comunicada (Figura 6).

Na Tabela 13 indicam-se os procedimentos adoptar no âmbito do socorro e salvamento.





© meta cortex

Figura 6. Organização das entidades responsáveis pelas acções de Socorro e Salvamento

Tabela 13. Procedimentos para o socorro e salvamento

SOCORRO E SALVAMENTO	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> – Comandante das Operações de Socorro</p> <p><b>Substituto</b> – O substituto do Comandante das Operações de Socorro será definido de acordo com o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão (SMPC e Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fusetã, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INEM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro, EPE (hospital de referência)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CDOS de Faro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ REFER</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos</li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definir as áreas afectadas onde deverão ser desencadeadas acções de busca e salvamento, tendo em conta as informações disponíveis quanto ao potencial de vítimas e de sobreviventes.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da acção concertada entre as entidades intervenientes nas acções de busca, socorro e salvamento.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a coordenação das operações de desencarceramento de vítimas.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar as operações de socorro, assistência a feridos e evacuações médicas e da população deslocada.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proceder à extinção e/ou controle de incêndios decorrentes do acidente grave ou catástrofe, dando prioridade aos que poderão gerar um maior número de feridos.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Supervisionar e enquadrar operacionalmente equipas de salvamento de entidades de apoio.</li> </ul>	

## SOCORRO E SALVAMENTO

- Colaborar na determinação de danos e perdas.
- Proceder à estabilização de edifícios (escoramento de estruturas, entre outros procedimentos), a demolições de emergência, à contenção de fugas e derrames e ao combate de incêndios.

## INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. O chefe da primeira entidade que chegar ao local deverá, segundo o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, assumir o comando das operações e avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, extensão, número potencial de vítimas e meios de reforço necessários.
2. A transferência de comando dar-se-á sempre que a natureza do evento exija a ampliação ou contracção da organização. De forma mais simplificada, poder-se-á dizer que o comando das operações mudará sempre que a responsabilidade primária de gestão do incidente muda entre entidades, quando o incidente se torna mais ou menos complexo ou quando se verifica a rotatividade normal de pessoas (ver Ponto 1.2.3. da Secção I – Parte IV).
3. Sempre que se verificar a mudança de comando deverá ser realizado um *briefing* ao próximo Comandante e informar todos os agentes de protecção civil intervenientes nas operações de emergência relativamente à mudança de comando efectuada.
4. O BMO assegura primariamente as operações de busca, socorro, salvamento e combate a incêndios.
5. O BMO é responsável pelo desencarceramento de vítimas recorrendo a meios próprios e a meios da Câmara Municipal (solicitados pelo COS à CMPC).
6. As forças de segurança (GNR e PSP) participam primariamente nas operações que se desenvolvem nas respectivas áreas de actuação, podendo actuar em regime de complementaridade em outras, como acções de busca e salvamento.
7. A GNR e PSP recorrem a equipas cinotécnicas sempre que tal mostre ser necessário e possível.
8. O INEM assume as suas valências de socorro e salvamento após o resgate das vítimas das zonas afectadas. Caberá ao INEM articular-se com as estruturas de saúde locais através da autoridade de saúde do concelho.
9. Caso o INEM não se encontre disponível, as acções de saúde serão desenvolvidas pelos serviços de saúde disponíveis no concelho (Centro de Saúde de Olhão).
10. No que respeita à prestação de cuidados médicos e transporte de vítimas aplica-se o definido para a Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas.
11. No que respeita a procedimentos de mortuária, aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção de Serviços Mortuários
12. O Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Aéreo assume a coordenação das operações de busca e salvamento associados a acidente envolvendo aeronaves.

## SOCORRO E SALVAMENTO

13. O Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo assume a responsabilidade e coordenação das operações de busca e salvamento nos domínios públicos hídrico e marítimo, conforme previsto no Artigo 32º do Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho.
14. As Forças Armadas participam nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades e caso o seu apoio tenha sido solicitado.
15. As forças de segurança escoltam e acompanham as equipas da comunicação social que se encontrem no(s) teatro(s) de operações.
16. O COS mantém-se permanentemente em contacto com o director do PMEPCO.
17. O COS propõe à CMPC trabalhos de demolição ou de estabilização de infra-estruturas.
18. As forças de segurança deslocam para a Zona de Concentração e Reserva do Teatro de Operações viaturas de reboque para se proceder ao rápido desimpedimento de vias, caso se verifique necessário. Em caso de necessidade as forças de segurança poderão pedir apoio nesta tarefa à CMPC.
19. A CMO, coordenando-se com o(s) COS e sempre que tal faça sentido, deverá enviar de forma célere para a Zona de Concentração e Reserva do Teatro de Operações maquinaria pesada para auxiliar em eventuais acções de remoção de destroços.
20. Os serviços técnicos da CMO divulgam ao(s) COS informação de carácter técnico útil para a definição de estratégias de intervenção no(s) teatro(s) de operações.
21. Os serviços técnicos da CMO (Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística), em coordenação com o(s) COS, avaliam os danos sofridos em edifícios, depósitos de combustíveis líquidos e gasosos, e noutras infra-estruturas.
22. Os serviços técnicos da CMO (Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística), em articulação com o Director do PMEPCO, apoiam o COS nas acções de estabilização e escoramento de estruturas, demolição ou desactivação de infra-estruturas e contenção de fugas e derrames.
23. Os serviços técnicos da CMO (Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística) deverão auxiliar a CMPC na definição das medidas de emergência a desenvolver nas áreas afectadas (estabilização de edifícios e demolições de emergência, desactivação de depósitos de combustíveis líquidos ou gasosos, contenção de fugas e derrames, etc.).
24. A REFER, EPE apoia as operações resultantes de acidentes na via-férrea ou que compreendam o domínio público ferroviário.
25. Em caso de incêndio, ou nos casos em que seja solicitado à REFER, EPE a suspensão de circulação, ou outras situações relacionadas com a gestão ferroviária, caberá ao COS articular-se-á com o *Gestor Local da Emergência* (GLE) da REFER, EPE.
26. A **Autoridade Marítima Local** assume a responsabilidade e coordenação das operações de socorro e salvamento nos domínios públicos hídrico e marítimo (salientando-se as ilhas-barreira da Ria Formosa), em colaboração com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e o INEM.

## 9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS

Em situações cujo número de mortos não atinja valores elevados, as vítimas mortais deverão ser transportadas para a morgue do Hospital de Faro, EPE (hospital de referência). **Caso os acidentes graves ou catástrofes originem um elevado número de mortos<sup>4</sup>, estes deverão ser reunidos em locais previamente estabelecidos, dando-se preferência a estruturas fixas temporárias (pavilhões desportivos, parques de estacionamento cobertos e armazéns), com as seguintes características:**

- Fáceis de limpar;
- Em zonas planas e em espaços abertos;
- Com boa drenagem;
- Com boa ventilação natural;
- Com disponibilidade de água corrente;
- Com disponibilidade de electricidade;
- Com comunicações;
- Com boas acessibilidades.

Nos casos em que se preveja a possibilidade de os cadáveres não poderem ser transportados para as morgues durante um determinado período de dias (dependendo das condições meteorológicas), poderá recorrer-se ao **local de reunião de mortos – Pavilhão Municipal de Pechão** (identificado no Mapa 33, da Secção II – Parte IV).

Em situações extremas os cadáveres poderão ainda ser sepultados nos cemitérios do concelho (necrotérios provisórios, identificados no Mapa 33) sem terem sido identificados, procedendo-se posteriormente à sua exumação e enterro definitivo.

**Estas acções caberão às forças de segurança e à Autoridade de Saúde do município** que se articula com o Ministério Público e Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, de modo a preservar todas as provas necessárias para determinar as causas dos óbitos, solicitando os meios considerados necessários à CMO.

---

<sup>4</sup> Por elevado número de vítimas entende-se um número tal que justifique a necessidade de se recorrer a meios adicionais de mortuária. Este valor encontra-se dependente, portanto, da possibilidade da entidade que normalmente acolhe cadáveres (Hospital de Faro) poder de facto fazê-lo face às consequências do acidente grave ou catástrofe (acolhimento de cadáveres de outros concelhos, por exemplo).

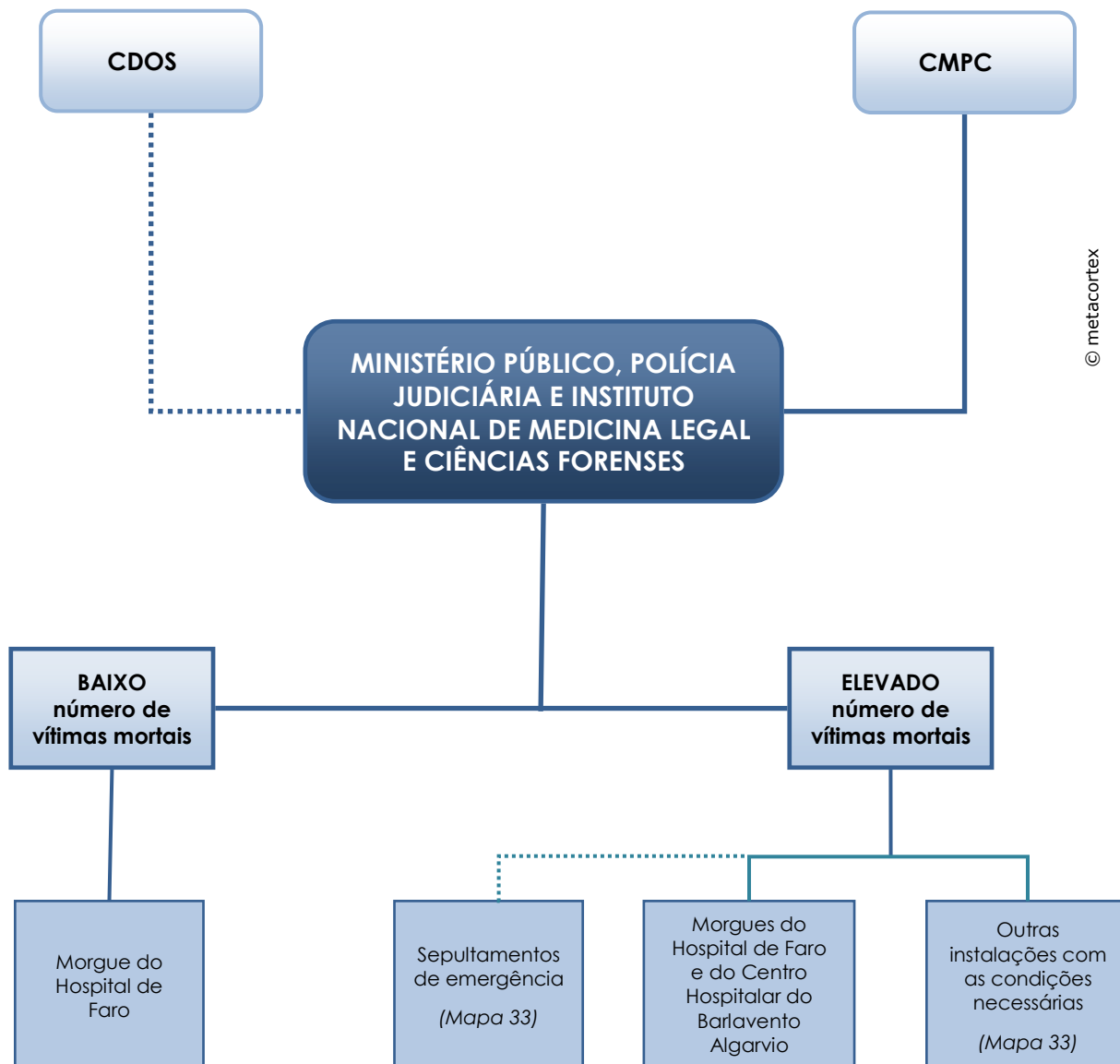


Figura 7. Organização funcional dos serviços mortuários

Tabela 14. Procedimentos para os serviços mortuários

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
<b>ENTIDADE COORDENADORA</b>	<p><b>Responsável</b> - Autoridade de Saúde do município</p> <p><b>Substituto</b> - Em caso de extrema necessidade serão as forças de segurança presentes no concelho a assumir a coordenação desta tarefa – GNR, PSP ou Autoridade Marítima Local</p>
ENTIDADES INTERVENIENTES	ENTIDADES DE APOIO EVENTUAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PSP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cruz Vermelha Portuguesa – delegações da Fusetã, Moncarapacho e Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade Marítima Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forças Armadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridade de Saúde do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hospital de Faro, EPE (hospital de referência)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto de Registos e Notariado - Ministério da Justiça</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (hospital alternativo)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Polícia Judiciária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro de Saúde de Olhão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério Público - PGR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Câmara Municipal de Olhão - <b>SMPC e Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística</b></li> </ul>
PRIORIDADES DE ACÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar o correcto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos pelas forças de segurança.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operacionalizar o local de reunião de mortos.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a eficiência das operações de recolha de informações que permitam proceder à identificação dos cadáveres.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir uma correcta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.</li> </ul>	

**SERVIÇOS MORTUÁRIOS****INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS**

1. As acções de mortuária exigem a presença de elementos das forças de segurança e de um médico (o qual poderá ser designado pela Autoridade de Saúde do município).
2. Os médicos envolvidos nas acções de mortuária verificam os óbitos dos corpos encontrados sem sinais de vida e procede à respectiva etiquetagem em colaboração com elementos da Polícia Judiciária ou, em alternativa, das forças de segurança presentes no local. Caso sejam detectados indícios de crime, o oficial mais graduado da força de segurança presente no local poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver.
3. A autorização de remoção de cadáveres, ou partes de cadáveres, do local onde foram inspeccionados até uma zona de reunião de mortos, exista ou não suspeita de crime, cabe ao Ministério Público e é solicitada pelo responsável pelas forças de segurança presentes no local.
4. A autorização do Ministério Público para remoção de cadáveres é transmitida mediante a identificação do elemento policial da força de segurança presente no local, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime.
5. Em casos excepcionais, em que esteja em causa a saúde pública, os cadáveres deverão ser removidos da zona afectada pelos agentes de protecção civil em articulação com a autoridade de saúde local e Presidente da Câmara Municipal de Olhão.
6. A remoção e transporte dos cadáveres é efetuada pelas forças de segurança disponíveis, as quais se poderão apoiar, em caso de necessidade, em viaturas disponibilizadas pela CMO ou de outras entidades competentes para o efeito, como por exemplo, a Cruz Vermelha Portuguesa (delegações da Fuseta, Moncarapacho e Olhão) ou Forças Armadas. Os cadáveres, ou partes de cadáveres, deverão encontrar-se devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados para o efeito, também estes devidamente etiquetados.
7. Caberá à Autoridade de Saúde do Município indicar as zonas de reunião de mortos e/ou necrotérios provisórios a utilizar. Os possíveis locais a utilizar para reunião de mortos e necrotérios provisórios encontram-se identificados no Mapa 33 - Secção II, da Parte IV.
8. Os cadáveres presentes em zonas de recepção de mortos são posteriormente transportados (assim que exista capacidade operacional para tal) para instalações do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses para realização de autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou partes do mesmo.
9. Em caso de necessidade, poderão ser disponibilizadas instalações no concelho para realização das autópsias por parte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. Estes locais serão indicados pela Autoridade de Saúde do município (que se encontra em permanente ligação com a CMPC), analisados pelos elementos do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e disponibilizados via CMPC.
10. A CMPC é responsável por disponibilizar ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses todos os meios por este solicitados, como iluminação, macas com rodas, mesas de trabalho, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia.



## SERVIÇOS MORTUÁRIOS

11. A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas médico-legais e policiais, registadas em formulários próprios.
12. A identificação das vítimas deverá ser imediatamente disponibilizada às forças de segurança do concelho as quais procederão ao cruzamento desta informação com a lista de desaparecidos.
13. Caberá à Autoridade de Saúde do Município organizar o registo dos mortos.
14. Caso as autópsias sejam realizadas em instalações do concelho (disponibilizadas pela CMPC), deverá ser assegurada a presença de representantes do Instituto de Registos e Notariado - Ministério da Justiça para proceder ao registo de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.
15. Caso as vítimas sejam de nacionalidade estrangeira (ou assim se suspeite), será accionado o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Unidade de Cooperação Internacional da Polícia Judiciária para obtenção de dados para a identificação da mesma.
16. Os cadáveres que se encontram em hospitais de campanha ou postos de triagem são encaminhados para zonas de recepção de mortos, desenvolvendo-se a partir daí os procedimentos já descritos.
17. Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde, cujas causas de morte decorram de patologias anteriores ao evento que gerou a situação de acidente grave ou catástrofe, adoptam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, entrega-se o corpo à família.
18. Em caso de necessidade, os cadáveres poderão ser conservados em frio ou mesmo inumados provisoriamente (se necessário em sepultura comum), assegurando-se a identificabilidade dos mesmos, até posterior inumação definitiva ou cremação (o local para sepultamentos de emergência encontra-se identificado no Mapa 33).
19. A segurança das zonas ou instalações de recepção de mortos é assegurada pelas forças de segurança presentes no concelho.
20. Caberá à Autoridade de Saúde do Município assegurar a ligação ao Ministério Público, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e INEM.
21. As necessidades de transporte de pessoas e equipamentos serão supridos pela CMO através do Departamento de Obras Municipais e Gestão Urbanística, de acordo com os meios disponíveis. Em caso de manifesta necessidade a CMO recorrerá a meios privados para a operacionalização destas acções.

## 10. PROTOCOLOS

À data da elaboração do PMEPCO o município de Olhão não dispõe de protocolos estabelecidos com organismos, entidades, empresas ou Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito da emergência de protecção civil.